



REOT PARA UMA GESTÃO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO

Análise de Indicadores

› Câmara Municipal
de Porto de Mós

julho 2020

FICHA TÉCNICA

**REOT Para uma gestão sustentável do território:
Análise de Indicadores**

julho 2020

Coordenação

Olga Prada (Plio)
Jorge Vala (CM)

Equipa Técnica

Ester Vieira (CM)
Helena Oliveira (CM)
Vitor Carvalho (CM)
Olga Prada (Plio)
Telmo Brás (Mashup)

Design e Apoio Informático

Ricardo Leandro (Plio)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	7
2. ESTRUTURAÇÃO DO SMOT	11
2.1 Da Conceção ao Desenvolvimento	11
2.2 Do Desenvolvimento à Concretização	17
3. ANÁLISE DOS INDICADORES	25
3.1 Ocupação Urbana	28
3.2 Transportes Públicos	39
3.3 Recursos económicos	42
4. VISÃO GLOBAL	49
5. REFLEXÕES FINAIS	55
6. ANEXOS	61

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Tipologias comerciais mais relevantes	38
Gráfico 2: Tipologia de extração de inertes.....	44

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Formulário <i>online</i> de atualização anual dos dados da Rede Social	16
Ilustração 2: Aplicação de gestão da execução/ocupação do Plano de Pormenor da Área de Localização Empresarial de Porto de Mós.....	17
Ilustração 3: <i>Operations Dashboard</i> do tema Gestão Urbanística.....	18
Ilustração 4: <i>Operations Dashboard</i> do tema Ação Social	19
Ilustração 5: <i>Operations Dashboard</i> do tema Estabelecimentos Comerciais	20
Ilustração 6: <i>Operations Dashboard</i> do tema Transportes Públicos	21
Ilustração 7: Aplicação de visualização dos <i>Operations Dashboards –StoryMap</i>	22
Ilustração 8: ligações externas asseguradas pela Rodoviária do Tejo.....	41

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Objetivos Específicos para o 1.º ciclo de monitorização.....	12
Tabela 2: Enquadramento dos Objetivos Específicos e dos Temas desenvolvidos para o 1.º ciclo de monitorização com as opções e objetivos do PDM	13
Tabela 3: Relação entre os Domínios de Avaliação, os Objetivos Específicos e o Indicadores de Avaliação..	25
Tabela 4: Indicadores de avaliação.....	26
Tabela 5: Análise grau de concretização das áreas urbanizáveis	30
Tabela 6: Desempenho do concelho nos indicadores I3 e I4	33
Tabela 7: Análise dos polos de destaque no OE2.....	34
Tabela 8: Dados estatísticos da classificação dos processos de operação urbanística.....	36
Tabela 9: Tipologias de extração nas freguesias	44
Tabela 10: Desempenho e impacto dos Indicadores de Avaliação.....	50

GLOSSÁRIO

AED – Área de Edificação Dispersa

AR – Aglomerado Rural

BGE – Base de Georeferênciação de Edifícios

CMPM – Câmara Municipal de Porto de Mós

I - Indicador

IGT – Instrumento de Gestão Territorial

OE – Objetivo específico

PDM – Plano Diretor Municipal

PPALEPM – Plano de Pormenor da Área de Localização Empresarial de Porto de Mós

PU – Perímetro Urbano

REOT – Relatório do Estado do Ordenamento do Território

SIC – Sítio de Importância Comunitária

SIGGESC - Sistema de Informação Geográfica de Gestão de Carreiras

SMOT – Sistema de Monitorização do Ordenamento do Território



>1
INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório constitui a análise dos indicadores de avaliação definidos anteriormente. Nesta fase foi concretizada a plataforma do Sistema de Monitorização do processo de planeamento do município de Porto de Mós, que deve ser um instrumento que acompanha a leitura deste relatório.

O relatório organiza-se nos seguintes pontos:

- ✓ Estruturação do SMOT,
- ✓ Análise dos indicadores,
- ✓ Visão global
- ✓ Reflexões finais

O trabalho aqui apresentado é o resultado de um longo processo que iniciou em setembro de 2016 e que chamou a participar inúmeros atores do território de Porto de Mós, em dois momentos distintos:

- ✓ Inquérito aos funcionários | novembro de 2017
- ✓ Sessão participativa com autarcas | abril 2019

Anteriormente ao presente relatório foram elaborados os seguintes documentos, que conjuntamente constituem o Relatório de Estado do Ordenamento do Território de Porto de Mós, neste primeiro ciclo de avaliação:

- ✓ Enquadramento | dezembro de 2016
- ✓ Quadro do Ordenamento do Território | março 2018
- ✓ Sistema de Monitorização do processo de planeamento | julho 2019, março 2020

A concretização do presente relatório é um marco importante, dado que pela primeira vez o Município de Porto de Mós possui um documento de avaliação do estado do ordenamento do território e encontra-se pronto para o terceiro momento de envolvimento dos atores neste processo de monitorização: a Discussão Pública do documento.



>2
ESTRUTURAÇÃO DO
SMOT

2. ESTRUTURAÇÃO DO SMOT

2.1 DA CONCEÇÃO AO DESENVOLVIMENTO

Os Relatórios de Estado do Ordenamento do Território (REOT), em contraposição aos Relatórios de Avaliação da Execução dos IGT, primam pela dinâmica, baseando-se não num elencar do alcance, ou não, dos objetivos estabelecidos num Plano, não poucas vezes fundamentado num conhecimento empírico e de origem remota, mas sim num sistema de informação que se move com e se adequa à execução do Instrumento, permitindo uma constante adaptação guiada pelas flutuações do território.

Em suma, os REOT tratam-se efetivamente de relatórios quadrienais, mas que têm como virtude fundarem-se em Sistemas de Monitorização do Ordenamento do Território (SMOT) cuja interatividade com os dados que o nutrem, permite uma manutenção/alteração da atuação dos decisores não limitada no tempo.

A partir da metodologia definida ao longo dos trabalhos iniciais para a elaboração do REOT da 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós, foi desenvolvido o Sistema de Monitorização do Ordenamento do Território (adiante designado por SMOT) que, alicerçado nos três Domínios de Avaliação (**Ocupação Urbana, Transportes Públicos e Recursos Económicos**) que emergiram da análise cruzada dos Quadros Legal, Institucional, Instrumental e Empírico enquadrantes deste trabalho, assim como nos respetivos objetivos específicos estabelecidos, desenvolveu 11 temas¹ a monitorizar e, derivados destes, uma panóplia de indicadores considerados fundamentais.

O SMOT, juntamente com o REOT, sendo ferramentas que concorrem para a democratização da informação e para o incentivo à participação pública nas ações diretamente ligadas à gestão territorial, facilitam o acesso a dados válidos e úteis, tanto aos serviços municipais, como ao público em geral.

Os temas apresentados foram selecionados com base num conjunto de critérios diretamente relacionados com o Plano Diretor Municipal, agora objeto de monitorização, e na forma como este instrumento pode adequar as estratégias e objetivos nele contidos para solucionar questões nos referidos temas, estas últimas trazidas à luz pela Monitorização efetuada através do SMOT e do respetivo REOT.

Relativamente aos objetivos específicos estabelecidos para o 1.º ciclo de monitorização do ordenamento do território, identificados na tabela seguinte, pode verificar-se que o OE5 - Verificar a adequação dos horários e das condições do serviço de Transportes Públicos, não foi

¹ Gestão Urbanística, Edificado, Vias e Passeios, Ação Social, Alojamentos Turísticos, Visitantes dos Espaços Turísticos, estabelecimentos Comerciais, Transportes Públicos, Ocupação em áreas urbanizáveis, áreas de Atividades Económicas Programadas e Áreas de Exploração Extrativa.

prosseguido, tendo tal facto explicação na insuficiência de dados disponíveis para se proceder a uma análise fidedigna da situação atual.

Tabela 1: Objetivos Específicos para o 1.º ciclo de monitorização

Identificação	Descrição
OE1	Identificar a dinâmica do espaço urbanizável
OE2	Analisar a dinâmica urbana dos aglomerados
OE3	Explicitar a coesão territorial dos aglomerados urbanos
OE4	Avaliar a abrangência territorial do serviço de Transportes Públicos
OE5	Verificar a adequação dos horários e das condições do serviço de
OE6	Examinar o grau de ocupação das zonas industriais definidas
OE7	Apurar a dinâmica das explorações de inertes
OE8	Analisar o setor do Turismo no concelho

Houve indicadores, considerados durante o processo de seleção de temas a incluir no primeiro ciclo de monitorização do ordenamento do território – PDM, que acabaram por não se poder concretizar na prática, por falta de informação válida, como é exemplo o OE5 (quadro anterior). Por outro lado, à medida que se foi conhecendo a disponibilidade de dados, foi possível adir um objetivo específico, diga-se, fundamental para a área territorial em estudo, que foi o da Área de Exploração Extrativa, atividade de destaque na base económica do concelho.

Ressalva-se que, não obstante terem sido definidos os referidos domínios de avaliação e respetivos temas e indicadores para este 1.º ciclo de monitorização, nada impede que venham a ser estabelecidos outros para fins de elaboração do REOT do 2.º ciclo de monitorização, por questões relacionadas com a eficiência do tema/indicador enquanto fornecedor de informação basal para a tomada de decisão ou porque as metas definidas no PDM foram atingidas, não se justificando a manutenção desse tema/indicador. No entanto, a remoção de um tema da análise do REOT não implica a sua eliminação do SMOT.

Tendo em conta os objetivos referidos, bem como as potencialidades e debilidades elencados no documento Relatório da Proposta da 1.ª Revisão do PDM de Porto de Mós, foi definido e trabalhado um conjunto de temas que se revelaram como reconhecidamente fundamentais, tanto à equipa técnica do SMOT/REOT como, e sobretudo, a quem sente e vive diariamente a realidade municipal: trabalhadores do Município e órgãos do poder político, os quais foram consultados, através de inquérito escrito, realizado entre 17 de novembro e 7 de dezembro de 2017 e sessão participativa no dia 30 de abril de 2019.

Tabela 2: Enquadramento dos Objetivos Específicos e dos Temas desenvolvidos para o 1.º ciclo de monitorização com as opções e objetivos do PDM

Temas	Enquadramento nas opções estratégicas e objetivos do PDM	Domínios e Objetivos Específicos do 1.º ciclo de monitorização
GESTÃO URBANÍSTICA		
Identifica a localização, o tipo e o número de operações urbanísticas (obras de construção, ampliações, alterações, etc.) que ocorreram no município após a entrada em vigor da 1.ª revisão do PDM.	Não estando individualizado como um objetivo específico do PDM, a avaliação do comportamento dos processos de gestão urbanística deve ser sempre monitorizada pois, a informação obtida baseará as opções de definição de Perímetros Urbanos no futuro.	DA1 - Ocupação Urbana OE2 – Analisar a dinâmica urbana dos aglomerados.
EDIFICADO		
Demonstra a evolução do parque edificado, focando as variáveis Edifícios Degradados, Vagos e de Ocupação Sazonal por forma a avaliar os pontos fortes e fracos da imagem e da qualidade dos aglomerados e a aferir a disponibilidade de alojamento, bem como a tendência da ocupação populacional.	Não estando individualizado como um objetivo específico do PDM, a avaliação do edificado deve ser sempre monitorizada pois, a informação obtida baseará as opções tendentes ou à expansão do solo urbano ou ao investimento na reabilitação urbana.	DA1 - Ocupação Urbana OE2 – Analisar a dinâmica urbana dos aglomerados.
VIAS E PASSEIOS		
Indica a extensão de vias pavimentadas, no interior dos aglomerados, diferenciando as pela existência, ou não, de passeios.	<i>“Proceder à reestruturação da rede viária e considerar o traçado de novas infraestruturas viárias e ferroviárias na definição da proposta de ordenamento.”</i>	DA1 - Ocupação Urbana OE3 – Explicitar a coesão territorial dos aglomerados urbanos.
AÇÃO SOCIAL		
Mostra a relação entre o número e a capacidade dos equipamentos existentes (rede pública) e a população que deles usufrui, facilitando a identificação de carências.	<i>“Garantir a articulação das políticas setoriais de inclusão (segurança social, emprego, educação, formação) e o reforço das parcerias locais e do diálogo entre os parceiros sociais, de acordo com os critérios de abordagem atempada,</i>	DA1 - Ocupação Urbana OE3 – Explicitar a coesão territorial dos aglomerados urbanos.

Temas	Enquadramento nas opções estratégicas e objetivos do PDM	Domínios e Objetivos Específicos do 1.º ciclo de monitorização
	<i>multidisciplinaridade e subsidiariedade da intervenção social.</i>	
ALOJAMENTOS TURÍSTICOS		
Identifica e indica a localização das unidades de alojamento e respetivo número de camas, permitindo identificar áreas com maior intensidade de atividade turística. Dados referentes ao ano de 2019.	<i>“Desenvolver e valorizar o sector turístico no município, criando sinergias e estímulos ao desenvolvimento ordenado de atividades associadas.”</i>	DA3 - Recursos Económicos OE8 – Analisar o setor do Turismo no concelho.
VISITANTES DOS ESPAÇOS TURÍSTICOS		
Apresenta o número de visitantes em cada espaço turístico (fechado) de relevância do concelho, encarando o turismo enquanto atividade reveladora da notoriedade de um território e com forte impacto na economia.	<i>“Desenvolver e valorizar o sector turístico no município, criando sinergias e estímulos ao desenvolvimento ordenado de atividades associadas.”</i>	DA3 - Recursos Económicos OE8 – Analisar o setor do Turismo no concelho.
ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS		
Identifica a classificação e o tipo de estabelecimentos comerciais presentes em cada aglomerado, considerando a atividade comercial enquanto motor de desenvolvimento e atração dos lugares.	<i>“Especificar um modelo estratégico de atuação que estabeleça ações distintas para a promoção de um desenvolvimento equilibrado das diferentes áreas do concelho, tendo em atenção a sua diversidade territorial e as mudanças operadas nos últimos anos.”</i>	DA1 - Ocupação Urbana OE3 – Explicitar a coesão territorial dos aglomerados urbanos.
TRANSPORTES PÚBLICOS		
Mostra o número de carreiras de transporte coletivo rodoviário, bem como a quantidade de paragens, que servem os aglomerados diariamente.	<i>“Especificar um modelo estratégico de atuação que estabeleça ações distintas para a promoção de um desenvolvimento equilibrado das diferentes áreas do concelho, tendo em atenção a sua diversidade territorial e as mudanças operadas nos últimos anos.”</i>	DA2 - Transportes Públicos OE4 – Avaliar a abrangência territorial do serviço de Transportes Públicos;

Temas	Enquadramento nas opções estratégicas e objetivos do PDM	Domínios e Objetivos Específicos do 1.º ciclo de monitorização
	<i>últimos anos."</i>	
OCUPAÇÃO EM ÁREAS URBANIZÁVEIS		
Determina a extensão ocupada por edifícios ou infraestruturada, no interior das áreas urbanizáveis do Plano Diretor Municipal em vigor.	Não decorrendo diretamente das opções estratégicas ou dos objetivos do PDM, este tema é fundamental para a impendente adaptação daquele IGT à Lei de Bases e ao Novo RJIGT - alteração do PDM em curso.	DA1 - Ocupação Urbana OE1 – Identificar a dinâmica do espaço urbanizável.
ÁREAS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS PROGRAMADAS		
Demonstra a evolução da ocupação industrial no concelho, nas Áreas de Atividades Económicas programadas do Plano Diretor Municipal em vigor, entendendo a ocupação industrial pela sua pertinência e impacto em termos económicos, ambientais e de ordenamento do território.	<i>"Definir novos espaços de atividades económicas, incentivando investimentos e iniciativas locais."</i>	DA3 - Recursos Económicos OE6 – Examinar o grau de ocupação das zonas industriais definidas.
ÁREAS DE EXPLORAÇÃO EXTRATIVA		
Demonstra a evolução da ocupação industrial no concelho, nas Áreas de Atividades Económicas programadas do Plano Diretor Municipal em vigor, entendendo a ocupação industrial pela sua pertinência e impacto em termos económicos, ambientais e de ordenamento do território.	<i>"Definir novos espaços de atividades económicas, incentivando investimentos e iniciativas locais."</i>	DA3 - Recursos Económicos OE7 – Apurar a dinâmica das explorações de inertes.

A recolha da informação que alimenta os diferentes temas e respetivos indicadores, foi, de todos os passos que foram dados até ao resultado final, o que mais questões e dificuldade levantou. Os fluxos de informação entre serviços municipais e entre outras entidades e a Câmara Municipal, provou-se, ainda que melhorado em relação a outros trabalhos desenvolvidos no passado, padecente de falhas que necessitam de urgente resolução.

Muitos desses entraves encontraram resolução através de ferramentas de trabalho criadas com recurso ao *software* SIG disponível nesta Câmara, fossem elas formulários e aplicações online, das quais são exemplo as figuras seguintes, fossem soluções *desktop*.

Ilustração 1: Formulário *online* de atualização anual dos dados da Rede Social

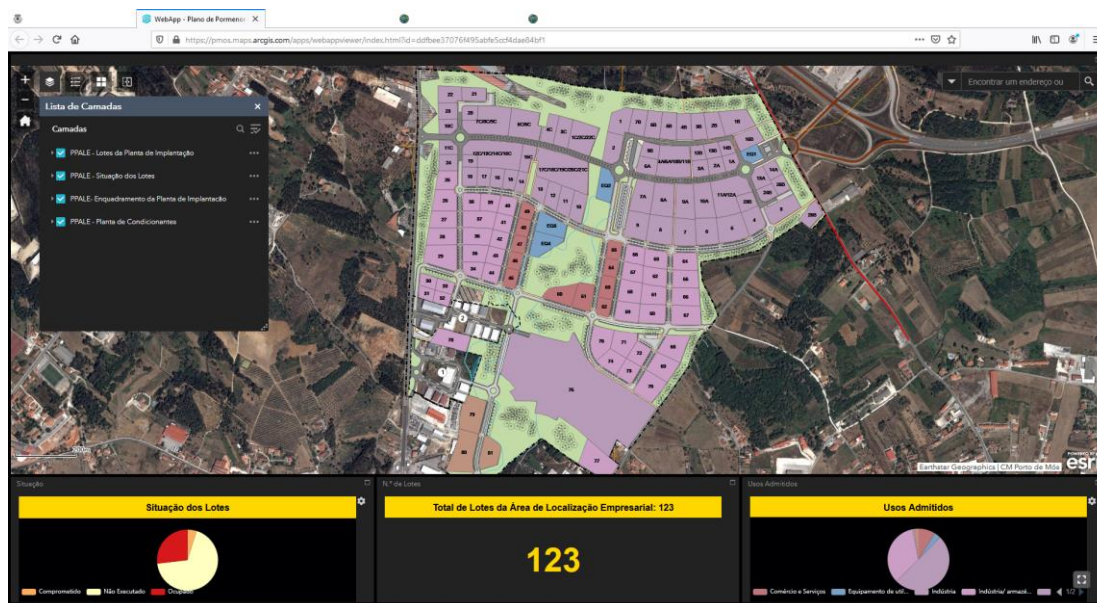
The form consists of four steps, each shown in a separate screenshot:

- Step 1: Autenticação** (Authentication). It features the 'REDE SOCIAL' logo and two input fields: 'Código *' and 'Identificação da Entidade *'.
- Step 2: Dados da Instituição** (Institution Data). It includes fields for 'Localização', 'Natureza Jurídica *' (with radio buttons for IPSS, Cooperativa, and Outra), 'Morada', 'Código Postal' (with a placeholder 'Preencher (XXXX-XXXX)'), 'Localidade', 'Freguesia', and 'Telefone'.
- Step 3: Respostas Sociais** (Social Responses). It starts with 'Ano de Referência *' and a note 'Deve ser considerada a data de 31 de Dezembro como a data referência anual.' Below are sections for 'Apoio Social à infância' (Creche, Pré-Escolar, ATL) and 'Apoio Social a Idosos e/ou dependentes' (Centro de Dia, Centro de Convívio, Serviço de Apoio Domiciliário, Estrutura Residencial para Idosos), each with 'Sim' and 'Não' radio button options.
- Step 4: Outras Atividades** (Other Activities). It contains a single question 'Outras Atividades *' with 'Sim' and 'Não' radio button options.

O formulário da Ilustração 1 é um exemplo de como sanar os problemas relacionados com o circuito de informação externo, isto é, entre a Câmara Municipal e outras entidades. Foi desenvolvido com recurso a *software* SIG online e funciona com acesso restrito aos responsáveis pelo seu preenchimento (através de código e *password*) que, com a periodicidade acordada, irão alimentar diretamente as bases de dados do SMOT, sendo apenas necessários

aos serviços responsáveis pela gestão interna, proceder a uma ação que compele a atualização da informação.

Ilustração 2: Aplicação de gestão da execução/ocupação do Plano de Pormenor da Área de Localização Empresarial de Porto de Mós



Quando não foi possível recorrer a nenhuma destas ferramentas, os serviços municipais procederam ao levantamento no terreno, auxiliados por aplicações para dispositivos móveis, também criadas para o efeito.

2.2 DO DESENVOLVIMENTO À CONCRETIZAÇÃO

Ultrapassadas as questões de obtenção e seleção da informação, foi chegada a altura da estruturação dos dados em Sistema de Informação Geográfica (SIG) por forma, não só a serem alcançados os resultados e objetivos para o 1.º ciclo de monitorização e o 1.º REOT mas, sobretudo, para garantir que a estrutura criada afiançará com segurança a atualização, de acordo com a periodicidade estabelecida, de cada um dos temas/indicadores.

Deste modo, apresentam-se alguns exemplos do resultado da estruturação e tratamento da informação (*Operations Dashboard*, tecnologia ESRI), por tema, e da forma como estão disponíveis para consulta e análise.

Ilustração 3: *Operations Dashboard* do tema Gestão Urbanística

Tema: GESTÃO URBANÍSTICA

Fonte da informação: CPM; 2015 a 2019

Metodologia de trabalho: Consulta aos Serviços Municipais (SP0 – Sistema de Processos de Obras)

Indicadores: I6 – Número de processos e operação urbanística; I7 – Classificação de processos de operação urbanística

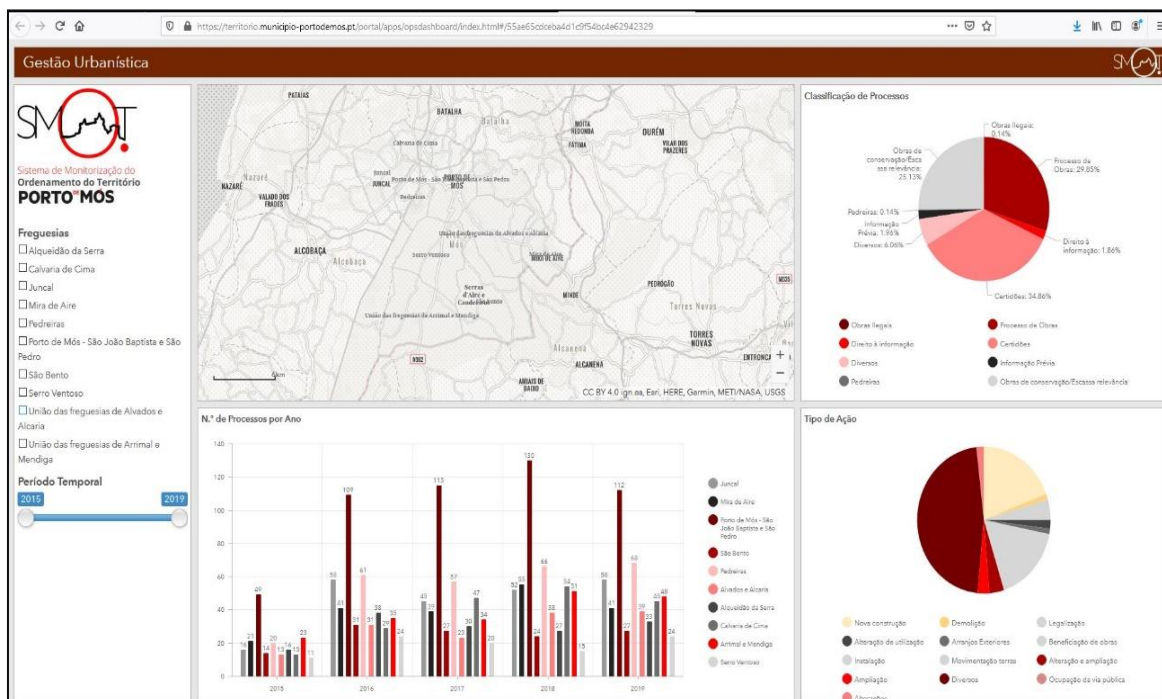


Ilustração 4: Operations Dashboard do tema Ação Social

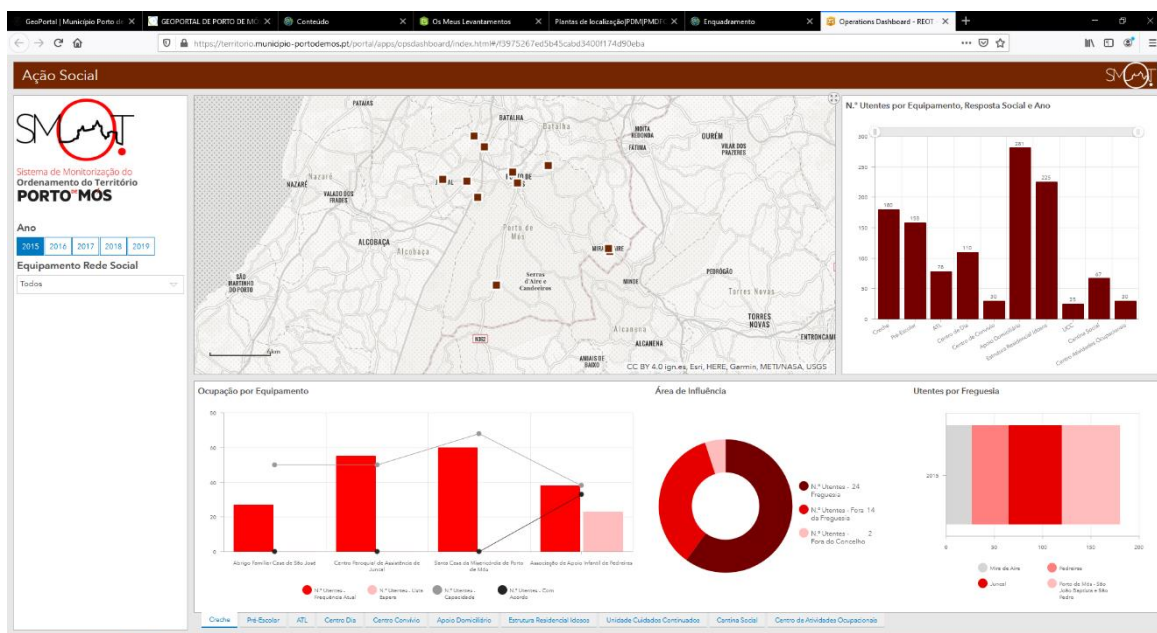
Tema: AÇÃO SOCIAL

Fonte: CMPM, Rede Social do Concelho; 2015 a 2019

Metodologia de trabalho: Recolha de informação do documento Diagnóstico Social, 2017; preenchimento de formulário próprio pelas Entidades que constituem a Rede Social.

Nota: Reunião preliminar com as Entidades que constituem a Rede Social.

Indicadores: I8 – Número de unidades com respostas sociais públicas; I9 – Número de utentes abrangidos por respostas sociais públicas; I10 – Número de utentes abrangidos por respostas sociais públicas (por freguesia); I11 – Influência dos equipamentos da rede social pública; I12 – Número de utentes em lista de espera para respostas sociais públicas



Tema: ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

Fonte: CMPM, levantamento no terreno; 2019

Metodologia de trabalho: Levantamento no terreno e atualização de dados existentes nos Serviços Municipais.

Indicadores: I13 – Número de unidades comerciais; I14 – Tipo de funções comerciais



Ilustração 6: *Operations Dashboard* do tema Transportes Públicos

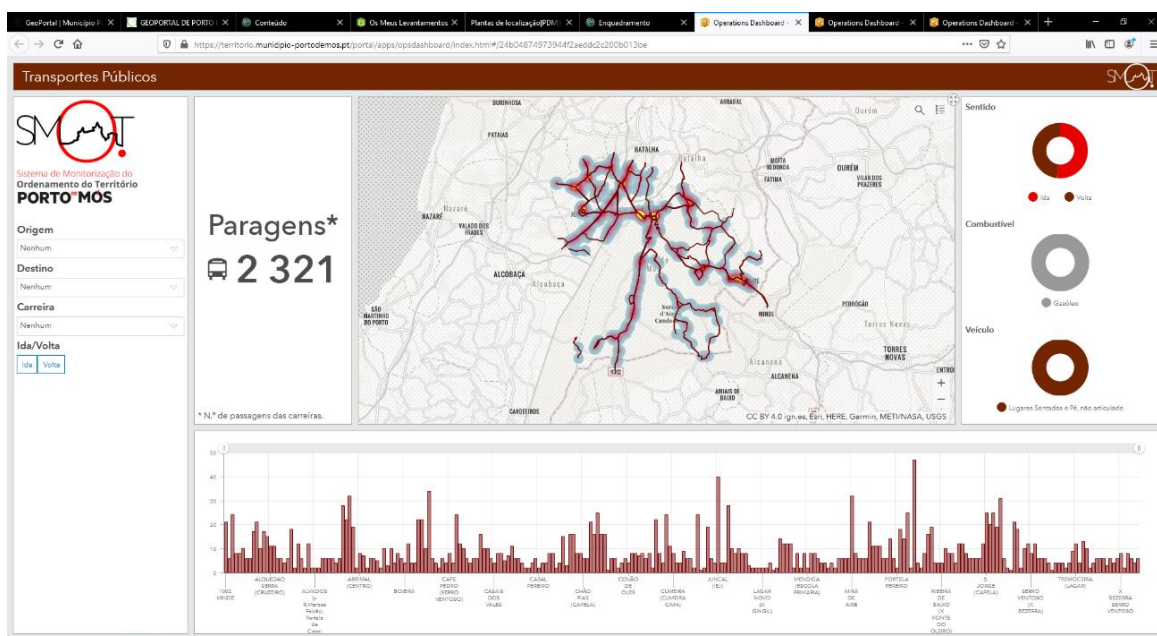
Tema: TRANSPORTES PÚBLICOS

Fonte: SIGGESC – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMT); 2019

Indicadores:

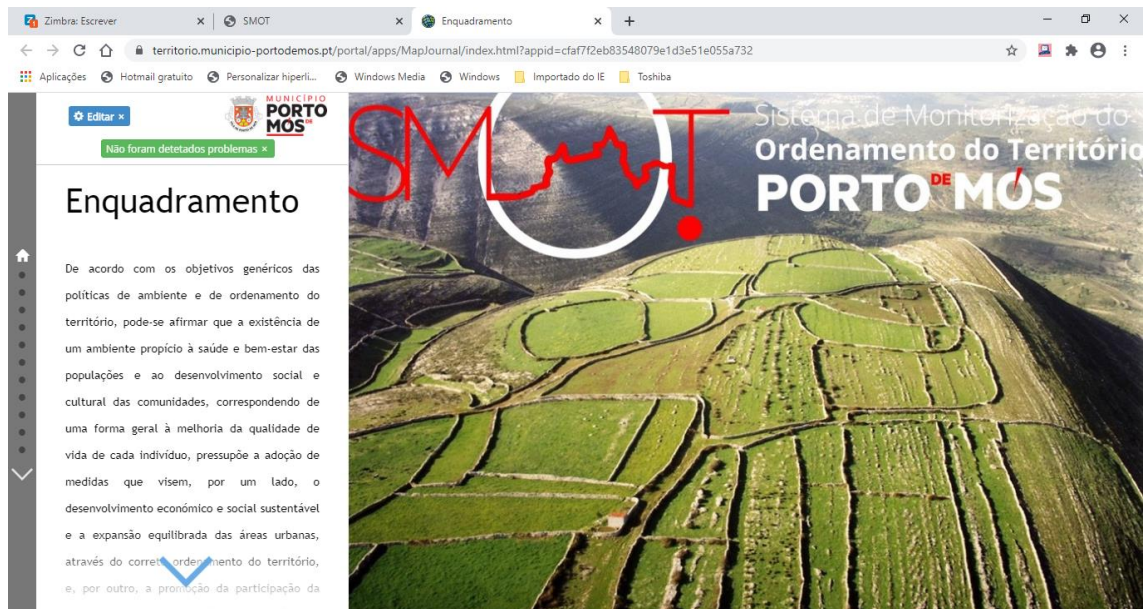
Metodologia de trabalho: Consulta ao SIGGESC - Sistema de Informação Geográfica de Gestão de Carreiras.

Indicadores: I16 – Número de carreiras que servem os aglomerados; I17 – Número de paragens que servem os aglomerados; I18 – Tipo de combustível utilizado nos veículos circulantes; I19 – Ligações externas realizadas pelas carreiras



Concluída a construção dos *Operations Dashboards*, foi elaborado o chamado *Story Map*, que reúne em si a análise de todos os temas e indicadores do SMOT, possibilitando a consulta a qualquer utilizador de internet:

Ilustração 7: Aplicação de visualização dos *Operations Dashboards –StoryMap*





>3
ANÁLISE DOS
INDICADORES

3. ANÁLISE DOS INDICADORES

No presente capítulo apresenta-se uma análise aprofundada por domínio, na qual são avaliados os objetivos específicos definidos na fase anterior deste processo, através da análise dos respetivos indicadores adotados para este ciclo de monitorização.

É de referir que cada indicador tem uma ficha de avaliação individual que se encontra em anexo. Cada ficha tem a seguinte informação sobre o indicador: Designação, Relevância, ID, Periodicidade de recolha, Contexto espacial, Fonte de Informação, Unidade de medida, Descrição, Método de recolha e Análise.

Recomenda-se que a leitura das fichas supracitadas seja acompanhada pela consulta da plataforma *online* do SMOT e pelo presente relatório.

Neste 1.º ciclo do processo de Monitorização do Estado do Ordenamento do Território de Porto de Mós, foram definidos 3 domínios de avaliação, para os quais se identificaram 8 objetivos específicos, que por sua vez são avaliados segundo 29 indicadores. As duas tabelas abaixo explicitam a relação entre si destes três níveis de análise, bem como a relação dos indicadores com os temas apresentados na plataforma *online* do SMOT.

Tabela 3: Relação entre os Domínios de Avaliação, os Objetivos Específicos e o Indicadores de Avaliação

Domínios de Avaliação	Objetivos específicos	Indicadores de avaliação
Ocupação Urbana	OE1. Identificar a dinâmica do espaço	I1, I2
	OE2. Analisar a dinâmica urbana dos	I3, I4, I5, I6, I7
	OE3. Explicitar a coesão territorial dos aglomerados urbanos	I8, I9, I10, I11, I12, I13, I14, I15
Transportes Públicos	OE4. Avaliar a abrangência territorial do serviço de Transportes Públicos	I16, I17, I18, I19
	OE5. Verificar a adequação dos horários e das condições do serviço de Transportes	-
Recursos Económicos	OE6. Examinar o grau de ocupação das zonas industriais definidas	I20, I21
	OE7. Apurar a dinâmica das explorações de inertes	I22, I23, I24, I25
	OE8. Analisar o setor do Turismo no concelho	I26, I27, I28, I29

Tabela 4: Indicadores de avaliação

Objetivo Específico	Tema do SMOT	ID	Indicador	Relevância	Contexto Espacial	Fonte de Informação
OE1	Ocupação em área urbanizáveis	I1	Área ocupada nas áreas urbanizáveis definidas no PDM		Espaços urbanizáveis	CMPM
	Ocupação em área urbanizáveis	I2	Área ocupada nas áreas urbanizáveis definidas no PDM, por tipo de concretização		Espaços urbanizáveis	CMPM
OE2	Edificado	I3	Número de edifícios degradados		PU, AR e AED	Instituto Nacional de Estatística
	Edificado	I4	Número de alojamentos vagos		PU, AR e AED	Instituto Nacional de Estatística
	Edificado	I5	Número de alojamentos de utilização sazonal		PU, AR e AED	Instituto Nacional de Estatística
	Gestão urbanística	I6	Número de processos de operação urbanística		Freguesia	CMPM
	Gestão urbanística	I7	Classificação de processos de operação urbanística		Concelho	CMPM
OE3	Ação social	I8	Número de unidades com respostas sociais públicas		Freguesia	CMPM
	Ação social	I9	Número de utentes abrangidos por respostas sociais públicas		Concelho	CMPM
	Ação social	I10	Número de utentes abrangidos por respostas sociais públicas (por freguesia)		Freguesia	CMPM
	Ação social	I11	Influência dos equipamentos da rede social pública		Freguesia	CMPM
	Ação social	I12	Número de utentes em lista de espera para respostas		Freguesia	CMPM

Objetivo Específico	Tema do SMOT	ID	Indicador	Relevância	Contexto Espacial	Fonte de Informação
			sociais públicas			
	Estabelecimentos comerciais	I13	Número de unidades comerciais		Freguesia	CMPM
	Estabelecimentos comerciais	I14	Tipo de funções comerciais		Freguesia	CMPM
	Vias e passeios	I15	Extensão de vias com passeios		PU, AR e AED	CMPM
OE4	Transportes públicos	I16	Número de carreiras que servem os aglomerados		Freguesia	Inst. Mob. Transportes Terrestres
	Transportes públicos	I17	Número de paragens que servem os aglomerados		Freguesia	Inst. Mob. Transportes Terrestres
	Transportes públicos	I18	Tipo de combustível utilizado nos veículos circulantes		Concelho	Inst. Mob. Transportes Terrestres
	Transportes públicos	I19	Ligações externas realizadas pelas carreiras		Freguesia	Inst. Mob. Transportes Terrestres
OE6	Áreas de atividades económicas programadas	I20	Número de empresas instaladas em áreas de atividades económicas programadas		Áreas de atividades económicas programadas	CMPM
	Áreas de atividades económicas programadas	I21	Número de lotes ocupados nas áreas de atividades económicas programadas		Áreas de atividades económicas programadas	CMPM
OE7	Áreas de exploração extrativa	I22	Número de explorações extrativas		Freguesia	CMPM
	Áreas de exploração extrativa	I23	Área ocupada pelas explorações extrativas		Freguesia	CMPM e DGEG
	Áreas de exploração extrativa	I24	Área das explorações extrativas, por		Freguesia	CMPM

Objetivo Específico	Tema do SMOT	ID	Indicador	Relevância	Contexto Espacial	Fonte de Informação
			estado			
	Áreas de exploração extrativa	I25	Tipologia de explorações extrativas		Freguesia	CMPM e DGE
OE8	Alojamentos turísticos	I26	Número de unidades de alojamento licenciadas		Freguesia	Registo Nacional de Turismo
	Alojamentos turísticos	I27	Número de camas licenciadas		Freguesia	Registo Nacional de Turismo
	Alojamentos turísticos	I28	Tipologia de alojamentos turísticos licenciados		Freguesia	Registo Nacional de Turismo
	Visitantes dos espaços turísticos	I29	Número de visitantes dos espaços turísticos		Concelho	Entidades Gestoras dos Espaços Turísticos

Relevância (para o desenvolvimento sustentável do ordenamento do território)

✓ Muito alta



✓ Alta



3.1 OCUPAÇÃO URBANA

O domínio da ocupação urbana será essencial para a avaliação dos perímetros urbanos da 1.ª revisão do PDM, sendo que esta avaliação sustenta a fundamentação da alteração à delimitação de alguns deles. Neste sentido, o domínio da ocupação urbana neste processo assenta na análise da dinâmica dos aglomerados, tendo em vista uma abordagem ampla da sua conexão interna e externa.

OE1 – Identificar a dinâmica do espaço urbanizável

É fundamental obter uma visão concreta a respeito da ocupação real das áreas urbanizáveis definidas na 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós, com a finalidade de avaliar concretamente as áreas efetivamente livres, tanto do ponto de vista quantitativo, como do ponto de vista espacial.

Pretende-se determinar a quantidade de área não ocupada por edifícios ou não infraestruturada no interior das áreas urbanizáveis, comparativamente à totalidade da área urbanizada de cada espaço.

Este objetivo foi avaliado segundo os seguintes indicadores:

I1 – Área ocupada nas áreas urbanizáveis definidas no PDM

I2 – Área ocupada nas áreas urbanizáveis definidas no PDM, por tipo de concretização

Na 1.^a revisão do PDM de Porto de Mós foram definidas seis subcategorias de espaços urbanizáveis, integrados na Classe Solo Urbano: Espaços Urbanizáveis Residenciais Tipo I, II e III; Espaços Urbanizáveis de Atividades Económicas; Espaços Urbanizáveis de Uso Especial; Espaços Urbanizáveis Verdes.

Estes espaços urbanizáveis totalizam 2.753.426 m², sendo que 18% da sua área se encontra atualmente ocupada, com urbanização efetiva ou apresentando compromisso urbanístico válido. Os Espaços Urbanizáveis Residenciais de tipo III e os Espaços Urbanizáveis Verdes são aqueles que apresentam maior grau de concretização, com 26% e 24%, respetivamente.

As freguesias de Porto de Mós e União de Freguesias de Alvados e Alcaria são as que apresentam maior percentagem de área urbanizável ocupada. Por outro lado, as freguesias de Alqueidão da Serra e de Calvaria de Cima são as que possuem menor percentagem de área urbanizável ocupada.

Foi possível aferir que 97% das áreas urbanizáveis ocupadas já se encontravam comprometidas à data da publicação da 1.^a revisão do PDM. Todas as freguesias apresentam áreas ocupadas antes da publicação do referido Plano, facto que se considera que possa advir do longo período de tempo em que decorreu o processo de Revisão e também a possibilidade de alguma desatualização da informação cartográfica utilizada.

Desta forma, apenas 3% das áreas urbanizáveis ocupadas foram comprometidas após a entrada em vigor da 1.^a revisão do PDM, e neste contexto, somente a freguesia de Pedreiras possui área com urbanização realizada após a entrada em vigor do referido Plano.

Dada a especificidade deste objetivo, considera-se pertinente acrescentar à informação apresentada anteriormente, e mais especificamente exibida nas fichas respetivas de cada indicador, uma análise espacial global de cada aglomerado com áreas urbanizáveis definidas na 1.^a revisão do PDM de Porto de Mós.

Foram excluídas desta análise os Espaços Urbanizáveis de Atividades Económicas, por serem áreas analisadas em indicadores próprios, e os Espaços Urbanizáveis Verdes, pelas suas características intrínsecas à proteção e valorização do território.

Tabela 5: Análise grau de concretização das áreas urbanizáveis

Aglomerado	Espaços Urbanizáveis	Descrição da Ocupação	Grau de Concretização
Juncal	Residenciais Tipo II	O aglomerado de Juncal possui duas áreas urbanizáveis com distintos graus de ocupação e que, portanto, merecem análises diferenciadas.	-
		Área Sudoeste. Embora possua, aparentemente, uma parte livre substancial, pela análise espacial das parcelas ocupadas é possível verificar que, em termos de conceptualização urbana, este espaço se encontra praticamente concretizado.	+
		Área Nordeste. Contrariamente à área anterior, esta apresenta fraco grau de concretização, apresentando apenas duas parcelas ocupadas nas suas extremidades.	-
Calvaria de Cima	Residenciais Tipo II	Apresenta apenas duas parcelas ocupadas, todavia, a localização destas parcelas cria uma bolsa de espaço livre interior ao aglomerado. Embora com reduzido grau de concretização, dado o contexto espacial da ocupação é necessário efetuar uma avaliação cuidada aquando da redefinição dos perímetros urbanos, por forma a não potenciar a criação de espaços que irão ficar ao abandono no interior dos aglomerados urbanos.	-
	Uso Especial	Apresenta apenas uma parcela ocupada, não se registando intenções de utilização do território para os fins previstos no PDM pelo que, deverá ser repensada a sua classificação.	+
São Jorge	Residenciais Tipo II	Área completamente livre.	-
Tremoceira	Residenciais Tipo III	Embora possua, aparentemente, uma parte livre pela análise espacial das parcelas ocupadas é possível verificar que, em termos de conceptualização urbana, este espaço se encontra com um elevado nível de concretização.	+
Porto de Mós	Residenciais Tipo I	Dada a sua dimensão, apresenta poucas parcelas ocupadas, todavia, a localização destas parcelas cria uma bolsa de espaço livre interior ao aglomerado. Embora com reduzido grau de concretização, dado o contexto espacial da ocupação é necessário efetuar uma avaliação cuidada aquando da redefinição dos perímetros urbanos, por forma a não potenciar a criação de espaços que irão ficar ao abandono no interior dos aglomerados urbanos.	-
Alqueidão da Serra	Residenciais Tipo II	O aglomerado de Alqueidão da Serra possui duas áreas urbanizáveis com distintas situações de ocupação e que, portanto, merecem análises diferenciadas	

Aglomerado	Espaços Urbanizáveis	Descrição da Ocupação	Grau de Concretização
		Área Sudoeste. Apresenta apenas uma parcela ocupada, todavia, a localização desta parcela cria uma bolsa de espaço livre interior ao aglomerado. Embora com reduzido grau de concretização, dado o contexto espacial da ocupação é necessário efetuar uma avaliação cuidada aquando da redefinição dos perímetros urbanos, por forma a não potenciar a criação de espaços que irão ficar ao abandono no interior dos aglomerados urbanos.	-
		Área Nordeste. Apresenta uma ocupação dispersa, todavia, as parcelas ocupadas encontram-se ancoradas ao limite interior do espaço definido, pelo que se considera admissível um potencial ajuste da área urbanizável às parcelas ocupadas.	-
Alcaria	Residenciais Tipo III	Embora possua, aparentemente, uma parte livre, pela análise espacial das parcelas ocupadas é possível verificar que, em termos de conceptualização urbana, este espaço se encontra praticamente concretizado.	+
Serro Ventoso	Uso Especial	Apresenta apenas uma parcela ocupada, no entanto a intenção de ocupação que levou à delimitação daquele espaço no PDM mantém-se.	+
Alvados	Residenciais Tipo III	O aglomerado de Alvados apresenta duas áreas urbanizáveis, todavia possuem situações semelhantes em termos de ocupação pelo que serão analisadas em conjunto. Embora possuam, aparentemente, uma parte livre substancial, pela análise espacial das parcelas ocupadas é possível verificar que, em termos de conceptualização urbana, estes espaços se encontram praticamente concretizados.	+
Mira de Aire	Residenciais Tipo II	O aglomerado de Mira de Aire possui três áreas urbanizáveis com distintas situações de ocupação e que, portanto, merecem análises diferenciadas. Todavia, duas das áreas foram agrupadas nesta análise.	
		Área Oeste. Dada a sua dimensão, apresenta poucas parcelas ocupadas, todavia, a localização destas parcelas cria uma bolsa de espaço livre interior ao aglomerado. Embora com reduzido grau de concretização, dado o contexto espacial da ocupação é necessário efetuar uma avaliação cuidada aquando da redefinição dos perímetros urbanos, por forma a não potenciar a criação de espaços que irão ficar ao abandono no interior dos aglomerados urbanos.	-
		Áreas Nordeste. Apresenta uma ocupação dispersa, todavia, as parcelas ocupadas encontram-se ancoradas ao limite interior dos	-

Aglomerado	Espaços Urbanizáveis	Descrição da Ocupação	Grau de Concretização
		espaços definidos, pelo que se considera admissível um potencial ajuste da área urbanizável às parcelas ocupadas.	
Mendiga	Residenciais Tipo III	Apresenta apenas duas parcelas ocupadas, todavia, a localização destas parcelas cria uma bolsa de espaço livre interior ao aglomerado. Embora com reduzido grau de concretização, dado o contexto espacial da ocupação é necessário efetuar uma avaliação cuidada aquando da redefinição dos perímetros urbanos, por forma a não potenciar a criação de espaços que irão ficar ao abandono no interior dos aglomerados urbanos.	
Arrimal	Residenciais Tipo III	Apresenta apenas duas parcelas ocupadas, todavia, a localização destas parcelas cria uma bolsa de espaço livre interior ao aglomerado. Embora com reduzido grau de concretização, dado o contexto espacial da ocupação é necessário efetuar uma avaliação cuidada aquando da redefinição dos perímetros urbanos, por forma a não potenciar a criação de espaços que irão ficar ao abandono no interior dos aglomerados urbanos.	

Grau de concretização

✓ Moderado



✓ Fraco



✓ Muito fraco



OE2 – Analisar a dinâmica urbana dos aglomerados

A par da avaliação da dinâmica do espaço urbanizável é importante aferir a dinâmica urbana dos aglomerados, para o conhecimento da evolução sistémica, mas também para conferir as situações que necessitam de interferência direta da gestão autárquica, no sentido de mudança de estratégias locais ou medidas de gestão urbanística.

Este objetivo foi avaliado segundo os seguintes indicadores:

I3 – Número de edifícios degradados

I4 – Número de alojamentos vagos

I5 – Número de alojamentos de utilização sazonal

I6 – Número de processos de operação urbanística

I7 – Classificação de processos de operação urbanística

O concelho de Porto de Mós apresenta um melhor desempenho do que as áreas de referência, Região Centro e Sub-região Pinhal Litoral, no que diz respeito aos edifícios degradados e aos alojamentos vagos. Apesar da informação base datar de 2011 (último Recenseamento Geral da População, que contém informação sobre os edifícios), a aposta na reabilitação do edificado e do espaço público, mantém-se, comprovada pela criação de Áreas de Reabilitação Urbana pelo que, será seguro dizer que o desempenho referido continue elevado.

Tabela 6: Desempenho do concelho nos indicadores I3 e I4

	Edifícios degradados	Alojamentos vagos
Desempenho do Concelho	+	+
Porto de Mós	4,13%	12,0%
Centro	4,56%	13,6%
Pinhal Litoral	4,18%	13,8%

Os edifícios degradados e alojamentos vagos que se encontram fora dos aglomerados representam um valor residual, 0,02% e 0,5% respetivamente.

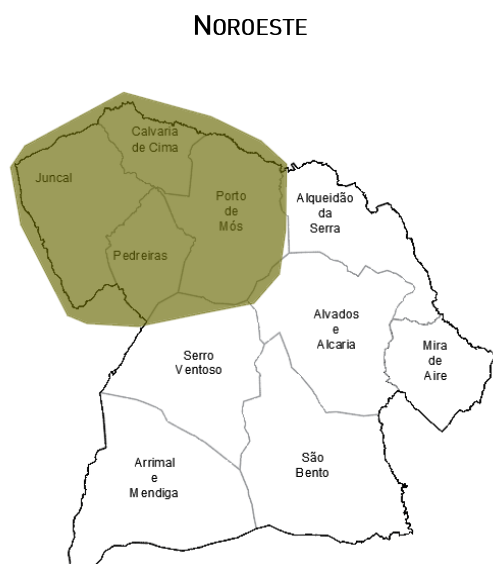
É de destacar que existem nove aglomerados - Casal do Alho, Covão da Carvalha, Barrenta, Esparrela, Picamilho, Bom Sucesso, Covão de Oles, Tojal de Cima e Valongo - nos quais não se encontra a presença de alojamentos vagos em 2011, que se localizam no limite Norte do território municipal, representando globalmente 3% do total de alojamentos no interior de aglomerados. Destes aglomerados todos se encontram classificados como perímetro urbano na 1.ª revisão do PDM, à exceção de Valongo.

Em termos relativos, a proporção de alojamentos sazonais nos aglomerados do concelho de Porto de Mós é de cerca de um terço, representando um peso substancial deste tipo de alojamentos no contexto municipal. Neste cenário, salienta-se o aglomerado de Alcaria pelo facto de possuir uma percentagem de alojamentos sazonais muito elevada, excedendo metade dos alojamentos existente, o que confirma a tendência crescente da vocação turística desta aldeia.

Analisando de forma integrada o território municipal, é possível identificar três polos onde se concentram os valores absolutos mais elevados dos indicadores em análise.

Na tabela abaixo apresenta-se a análise de cada um destes polos, no contexto dos indicadores estudados.

Tabela 7: Análise dos polos de destaque no OE2



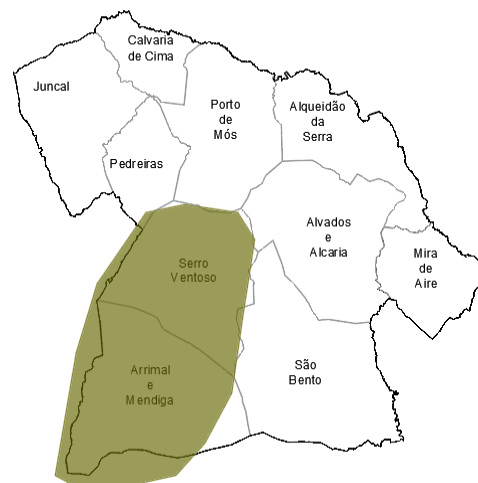
- ✓ Concentra cerca de 60% da população em 2011.
- ✓ Valores percentuais relativamente elevados de alojamentos vagos e de utilização sazonal.
- ✓ As freguesias de Porto de Mós e Pedreiras, que representam mais de um terço do total de operações urbanísticas do concelho.
- ✓ Aglomerados de destaque:
 Alojamentos vagos: Bairro de S. Miguel (21%), Corredoura (20%)
 Alojamentos de utilização sazonal: Porto de Mós (38%), Cumeira de Cima (33%) e Ribeira de Cima (31%)

ESTE



- ✓ Concentra cerca de 16% da população em 2011.
- ✓ Mira de Aire é o aglomerado com maior número de edifícios degradados (83 ed) e de utilização sazonal (609 ed.) e o segundo com maior número de alojamentos vagos (156 ed).
- ✓ A freguesia de Mira de Aire representa cerca de 10% do total de operações urbanísticas do concelho.

SUDOESTE



- ✓ Concentra cerca de 7% da população em 2011.
- ✓ Valores percentuais relativamente elevados de edifícios degradados, alojamentos vagos e de utilização sazonal.
- ✓ A União de Freguesias de Arrimal e Mendiga no ano de 2015 foi a segunda freguesia com maior número de operações urbanísticas do concelho (12% do total).
- ✓ Aglomerados de destaque:
Edifícios degradados: Casais do Chão (14%), Arrimal (13%)
Alojamentos vagos: Marinha (27%)
Alojamentos de útil. sazonal: Mendiga (33%)

No que respeita ao número de processos de operação urbanística, no período de recolha da informação (setembro de 2015 a dezembro de 2019) foi de 2097 processos, sendo que a sua maioria (90%) corresponde à classificação de Certidões, Obras de conservação/escassa relevância e Processos de obras.

Tabela 8: Dados estatísticos da classificação dos processos de operação urbanística

Classificação	N.º processos	Percentagem	Tipo de pedido mais relevante
Certidões	731	35%	Pedidos de Certidões de isenção de licença de utilização (61%) Certidões de aumento do número de compartes (19%)
Obras de conservação/escassa relevância	527	25%	Obras de conservação/escassa relevância (69%)
Processos de obras	626	30%	Pedidos de licenciamento (67%)

OE3 – Explicitar a coesão territorial dos aglomerados urbanos

Uma visão holística do território é essencial para a promoção do seu desenvolvimento sustentável, cabendo à coesão territorial um papel fulcral, conferindo uma evolução mais coerente e harmoniosa entre todos os aglomerados do concelho. Com a análise deste objetivo é possível realizar a aferição de potenciais disparidades no território municipal que se verifique necessário ser atendidas.

A coesão territorial neste ciclo de avaliação abarcou na medida do possível a área social, a económica e a mobilidade pedonal, numa vertente, também, de visão sobre a qualidade da própria estrutura urbana.

Este objetivo foi avaliado segundo os seguintes indicadores:

I8 – Número de unidades com respostas sociais

I9 – Número de utentes abrangidos por respostas sociais públicas

I10 – Número de utentes abrangidos por respostas sociais públicas (por freguesia)

I11 – Influência dos equipamentos da rede social pública

I12 – Número de utentes em lista de espera para respostas sociais públicas

I13 – Número de unidades comerciais

I14 – Tipos de funções comerciais

I15 – Extensão de vias com passeios

Analisando a componente social, verifica-se que Porto de Mós é servido por doze entidades da rede social pública, com maior incidência territorial na faixa Norte do concelho. As freguesias com maior relevância ao nível destes serviços são Calvaria de Cima, Juncal, Mira de Aire, Porto de Mós e Pedreiras. Por outro lado, as freguesias de São Bento, União de Freguesias de Alvados e Alcaria e Serro Ventoso não possuem entidades públicas com respostas sociais localizadas no seu território sendo, no entanto, servidas por instituições instaladas noutras áreas do concelho, das quais se destaca o CASSAC (Centro de Apoio Social Serra D'Aire e Candeeiros), nascido de uma parceria entre várias freguesias da zona serrana para suprir as carências verificadas nessa área.

As entidades públicas com respostas sociais existentes no concelho de Porto de Mós, prestam dez tipologias de serviços de apoio social:

- ✓ Creche,
- ✓ Pré-escolar,
- ✓ Atividades de tempos livres,
- ✓ Centro de dia,
- ✓ Centro de convívio,
- ✓ Apoio domiciliário,
- ✓ Estrutura residencial de idosos,
- ✓ Unidade de cuidados na comunidade,
- ✓ Cantina social e
- ✓ Centro de atividades ocupacionais.

No período temporal que medeia 2015 a 2019, os serviços que abrangem a população de faixas etárias mais altas são os mais representativos em termos de número de utentes abrangidos, sendo que destes os que mais se destacam são o Apoio domiciliário e a Estrutura residencial para idosos. O universo de utentes abrangidos por estes serviços varia entre 958 (no ano de 2017) e 1191 (no ano de 2016).

Ao nível da análise da espacial destes serviços apresentam-se as seguintes considerações:

- ✓ Os serviços de Unidade de cuidados na comunidade, Cantina social e Centro de atividades ocupacionais, no ano de 2019, estão presentes apenas na freguesia de Porto de Mós, não obstante servirem outras freguesias.
- ✓ Os serviços de Apoio domiciliário são os únicos presentes em todas as freguesias que possuem entidades de respostas sociais públicas.
- ✓ A freguesia de Mira de Aire apresenta-se como a mais representativa nos serviços de Centro de dia (26%) e Centro de convívio (70%).

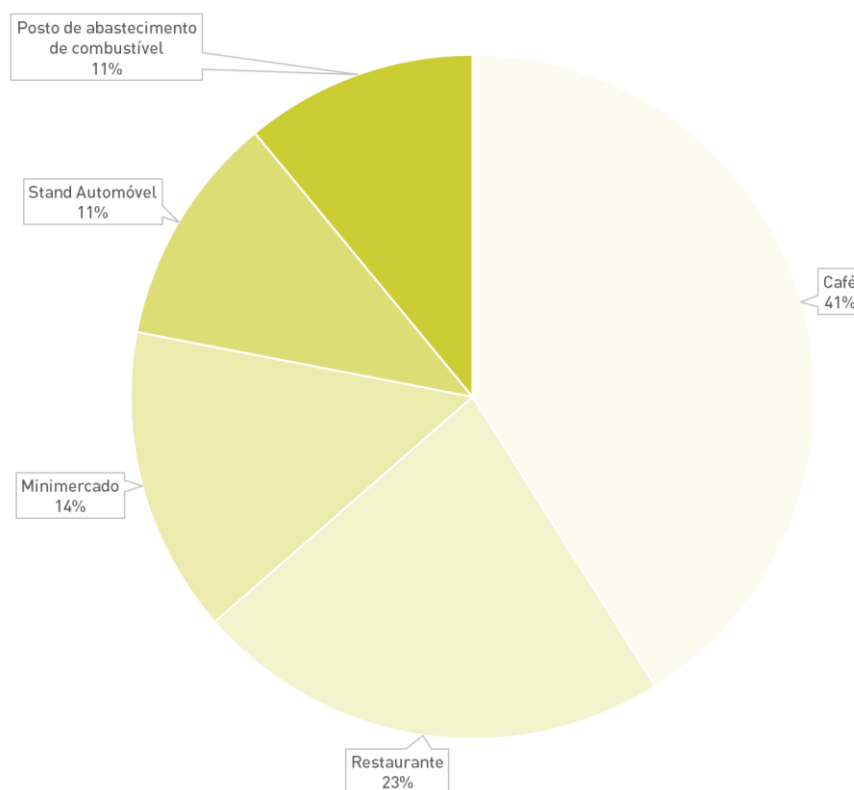
- ✓ A freguesia de Pedreiras tem um maior peso relativo nos serviços de Apoio domiciliário (18%), de Estrutura residencial para idosos (29%) e de Atividades de tempos livres (44%).

À exceção da Unidade de cuidados na comunidade, que aumentou o número de utentes no ano de 2018, passando para 40, os restantes serviços têm vindo a perder utentes ao longo da série de anos analisada.

Verifica-se uma carência ao nível do serviço de Creche e de Unidade de cuidados na comunidade, que ao longo dos anos do período em análise tem conhecido um aumento do número de utentes em lista de espera, sendo esse valor de 98 e de 308 utentes, respetivamente, no ano de 2019.

Analisando a componente de comércio, mantém-se a tendência da maior representatividade das freguesias do Norte do concelho, sendo que as freguesias de Porto de Mós, Calvaria de Cima e Mira de Aire, no seu conjunto, contêm cerca de 63% (265 unidades) da totalidade dos estabelecimentos comerciais identificados. Mantendo a tendência também de outros indicadores, a freguesia que apresenta menor número de unidades comerciais é São Bento, com 8 estabelecimentos identificados.

Gráfico 1: Tipologias comerciais mais relevantes



Relativamente às funções comerciais, dos 419 estabelecimentos existentes no concelho, 57% correspondem a Comércio a Retalho, 7% a Comércio e Serviços e 36% a Restauração e Bebidas. No que respeita às tipologias de comércio mais desagregadas as mais representativas são: Café, Restaurante, Minimercado, Stand Automóveis e Posto de abastecimento de combustível.

Analisando a componente de mobilidade pedonal, através da existência de acesso a vias pavimentadas com passeio no interior dos aglomerados, verifica-se que as freguesias de Porto de Mós (34%) e de Mira de Aire (26%) são as melhor servidas ao nível desta infraestrutura pedonal, apresentando percentagens bastante superiores à média do território municipal de 19,15%.

Na posição oposta, encontram-se as freguesias de São Bento (2%), Alqueidão da Serra (6%), Calvaria de Cima (8%) e União de Freguesias de Alvados e Alcaria (8%), com reduzidas extensões de vias servidas de passeio.

É possível identificar também que, em praticamente todos os aglomerados definidos no PDM as vias pavimentadas com passeio correspondem à “rua principal” da localidade, grande parte das vezes integrada na Rede Nacional de Estradas, não sendo possível a realização da circulação pedonal por meio destas infraestruturas, numa perspetiva de promoção de uma real mobilidade pedonal de qualidade e em segurança, dado que se prevê que a circulação pedonal se realize por meio da deslocação dos peões em via de circulação rodoviária.

O perímetro de Porto de Mós é exceção ao referido anteriormente, possuindo uma rede de passeios que acompanha a rede viária em cerca de 70% da sua extensão, com maior incidência no centro do aglomerado, exercendo uma efetiva função de rede de circulação pedonal e de promoção da mobilidade pedonal.

3.2 TRANSPORTES PÚBLICOS

Um sistema de transporte eficiente é necessário para que as pessoas cheguem aos locais de trabalho, educação, serviços e atividades sociais, promovendo um desenvolvimento sustentável dos territórios, na medida em que contribui também para a melhoria da qualidade de vida das populações. É importante assegurar a disponibilidade, o tipo de transporte, a sua qualidade e segurança, a acessibilidade global ao sistema e o seu impacto no ambiente e na paisagem.

OE4 – Avaliar a abrangência territorial do serviço de Transportes Públicos

Os transportes públicos são essenciais na promoção da coesão territorial e social de um território, sendo que o seu funcionamento revela diretamente o nível de mobilidade das populações. No contexto de Porto de Mós o sistema de transportes públicos encontra-se inevitavelmente associado à rede rodoviária, sendo a única rede de infraestruturas que sustenta este sistema.

Este objetivo foi avaliado segundo os seguintes indicadores:

I16 - Número de carreiras que servem os aglomerados

I17 - Número de paragens que servem os aglomerados

I18 -Tipo de combustível utilizado nos veículos circulantes

I19 - Ligações externas realizadas pelas carreiras

Os aglomerados do concelho de Porto de Mós são servidos por 55 carreiras do operador Rodoviária do Tejo, que asseguram 2321 paragens diárias (dias úteis) dispersas por todo o território municipal.

No conjunto de indicadores deste objetivo é bastante vincada a disparidade entre o Norte e o Sul do concelho, estando o Norte servido por maior número de ligações de transporte público. As freguesias de Juncal, Porto de Mós e Alqueidão da Serra são aquelas que possuem maior número de paragens das carreiras de transporte público coletivo. Relativamente aos aglomerados servidos por transporte público coletivo com maior número de paragens de carreiras, destacam-se: Porto de Mós, Corredoura, Juncal, Andam, Casais Garridos e São Jorge.

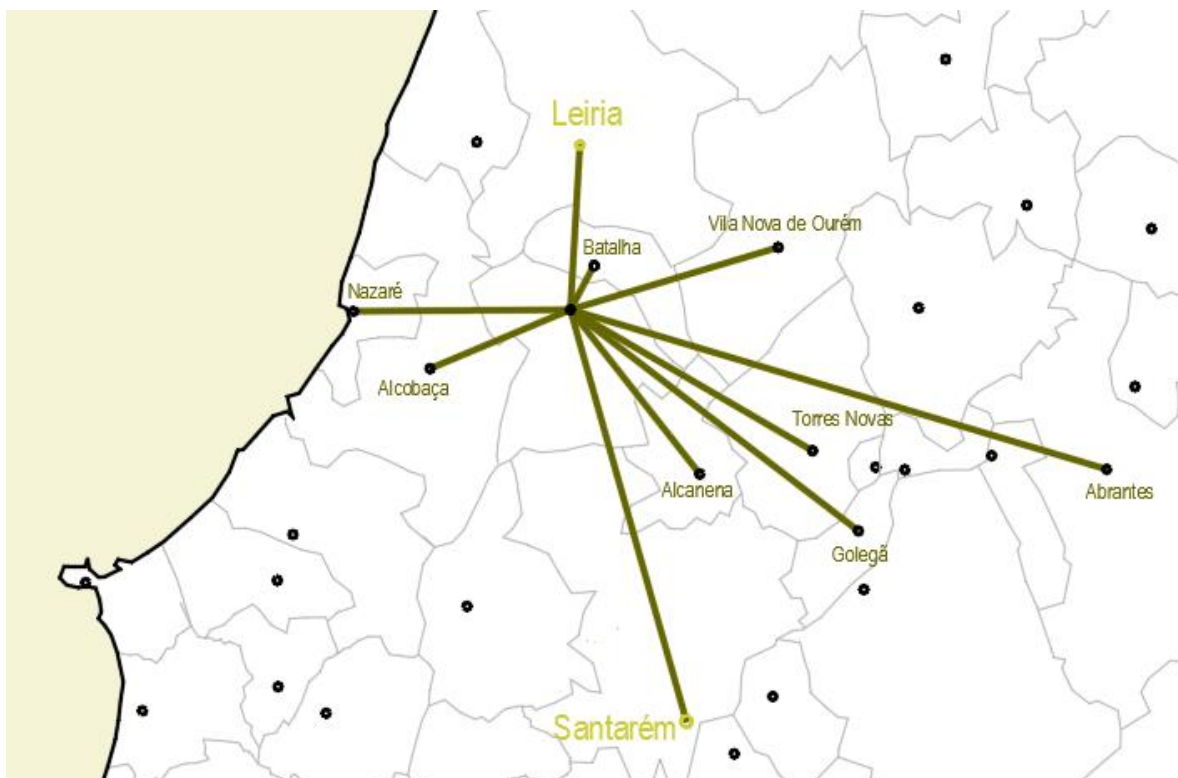
Por outro lado, contrastando com a realidade do Norte do concelho, as freguesias de São Bento, Serro Ventoso, União de Freguesias de Alvados e Alcaria e União de Freguesias de Arrimal e Mendiga são as que apresentam menor número de carreiras e paragens.

Analisando a origem e o destino das carreiras de transporte público coletivo, do operador Rodoviária do Tejo, que servem o concelho de Porto de Mós, é possível identificar as seguintes ligações externas asseguradas por este modo de transporte: Abrantes, Alcanena, Alcobaça, Batalha, Golegã, Leiria, Nazaré, Ourém, Santarém e Torres Novas. Estas ligações representam uma área de influência que varia entre os 50 e os 90km de distância, com predominância para os concelhos a sudeste de Porto de Mós.

Leiria é a ligação externa com maior número de carreiras a executar o percurso e com maior número de freguesias que serve, dado que apenas a freguesia de São Bento não é servida por uma carreira de ligação a este polo. Aliás, a freguesia de São Bento é a única que não possui qualquer carreira com percurso direto a uma das ligações exteriores referidas.

As freguesias de Calvaria de Cima, Juncal, Pedreiras, Porto de Mós e Mira de Aira são as que possuem maior número de ligações externas, reforçando a posição do território Norte do concelho em termos de maior mobilidade por via do transporte público rodoviário coletivo.

Ilustração 8: ligações externas asseguradas pela Rodoviária do Tejo



No que respeita ao tipo de combustível utilizado nos veículos que asseguram o serviço das carreiras, a sua totalidade utiliza gasóleo. Embora esta seja uma matéria externa à jurisdição do Município, muito pesa para a degradação da qualidade ambiental, sendo considerado um fator desfavorável na prossecução de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o território de Porto de Mós.

OE5 – Verificar a adequação dos horários e das condições do serviço de Transportes Públicos

Este objetivo neste ciclo de avaliação não apresenta indicadores, por se ter considerado pouco exequível no tempo disponível e face às prioridades de recolha de informação estabelecidas por outros objetivos que se consideraram mais relevantes nesta fase. Desta forma, foram eliminados os indicadores correspondentes.

3.3 RECURSOS ECONÓMICOS

Os recursos económicos, como estrutura base para a prossecução de uma estratégia assente no desenvolvimento sustentável, são um domínio em que é fundamental a obtenção do equilíbrio entre a capacidade dos recursos e as expectativas e necessidades das populações. Assim, torna-se essencial analisar a dinâmica das atividades económicas de Porto de Mós, também numa perspetiva da sua incidência territorial.

OE6 - Examinar o grau de ocupação das zonas industriais definidas

Os espaços afetos à indústria são, geralmente, aqueles que mais expressão territorial têm em termos de solo urbano, excecionando, evidentemente, os próprios aglomerados urbanos. O conhecimento da distribuição dos espaços afetos à indústria e das suas dinâmicas é de grande relevância para a perceção, não só do próprio desenvolvimento económico do concelho, mas também da evolução do solo urbano.

Este objetivo foi avaliado segundo os seguintes indicadores:

I20 – Número de empresas instaladas em áreas de atividades económicas programadas

I21 – Número de lotes ocupados nas áreas de atividades económicas programadas

O concelho de Porto de Mós é servido por três Áreas de Atividade Económica programadas (isto é, executadas através de Plano de Pormenor, Unidade de Execução ou Loteamento): Zona Industrial de Mira de Aire, Área de Localização Empresarial de Porto de Mós e Loteamento Empresarial do Juncal.

Embora na planta de ordenamento da 1.^a revisão do PDM estejam representadas outras áreas classificadas como Espaços de Atividades Económicas, nomeadamente situadas ao longo do IC2/EN1 e da EN8, nas áreas envolventes às áreas programadas e uma unidade industrial existente no interior do perímetro urbano de Porto de Mós, neste primeiro ciclo de avaliação do Sistema de Monitorização Municipal, não se tornou exequível recolher, compilar e validar informação relativa às áreas de atividades económicas não programadas.

Deste modo, a avaliação dos indicadores cingiu-se às áreas programadas já referidas, levando inclusivamente à alteração da designação dos próprios indicadores, para tornar este facto mais evidente.

É clara a predominância e importância da Área de Localização Empresarial de Porto de Mós, tanto ao nível da área que abrange, como da própria localização geográfica e do número de empresas que acolhe. Esta área de atividades económicas representa 79,5% das empresas instaladas em áreas programadas no concelho.

Numa visão global do município, este tem disponível mais de metade (51,7% dos lotes) do seu potencial imediato de instalação de novas empresas em áreas programadas. Para este cenário

muito contribuem as áreas de atividades económicas dos dois principais territórios urbanos do município, Porto de Mós e Mira de Aire.

OE7 - Apurar a dinâmica das explorações de inertes

O concelho de Porto de Mós possui características geológicas que revelam grande aptidão para a atividade de extração de inertes, que corresponde a uma forte componente económica e identitária deste território. Dado o elevado impacto e restrições que estas atividades impõem na ocupação do solo, considera-se essencial monitorizar e acompanhar a sua dinâmica.

Este objetivo foi avaliado segundo os seguintes indicadores:

I22 – Número de explorações extrativas

I23 – Área ocupada pelas explorações extrativas

I24 – Área das explorações extrativas, por estado

I25 – Tipologia das explorações extrativas

Estão instaladas no concelho de Porto de Mós 231 unidades de exploração extrativa, que ocupam uma área total de 356,91ha, cerca de 1% da área total do concelho (261,83 km²). Grande parte daquela área corresponde a unidades de exploração extrativa ativas, cerca de um quarto da área está associada a explorações abandonadas e apenas 6% corresponde a áreas recuperadas.

A zona Centro-Sul do território é aquela onde a expressão da atividade das unidades de exploração extrativa se faz notar de forma mais significativa, sendo que a União de Freguesias de Arrimal e Mendiga em conjunto com a freguesia de Serro Ventoso representam mais de metade da área total de exploração existente.

Para além das freguesias no Sul do concelho, a freguesia do Juncal também tem uma presença importante em termos de área de explorações, correspondendo a 22% da totalidade da área de exploração do concelho.

A freguesia de Porto de Mós tem apenas uma exploração, todavia é das maiores do concelho, em termos de área, representando 7% da área total de exploração.

Por outro lado, as freguesias de Mira de Aire, Pedreiras e União de Freguesia de Alvados e Alcaria não possuem explorações extrativas.

As explorações extrativas presentes no território de Porto de Mós distribuem-se por quatro tipologias de corte do material: Calçada (24%), Blocos (46%), Lage (4%) e Barreiros (26%). A tipologia de exploração mais representativa é a exploração de Blocos, com presença em praticamente metade das explorações.

Gráfico 2: Tipologia de extração de inertes

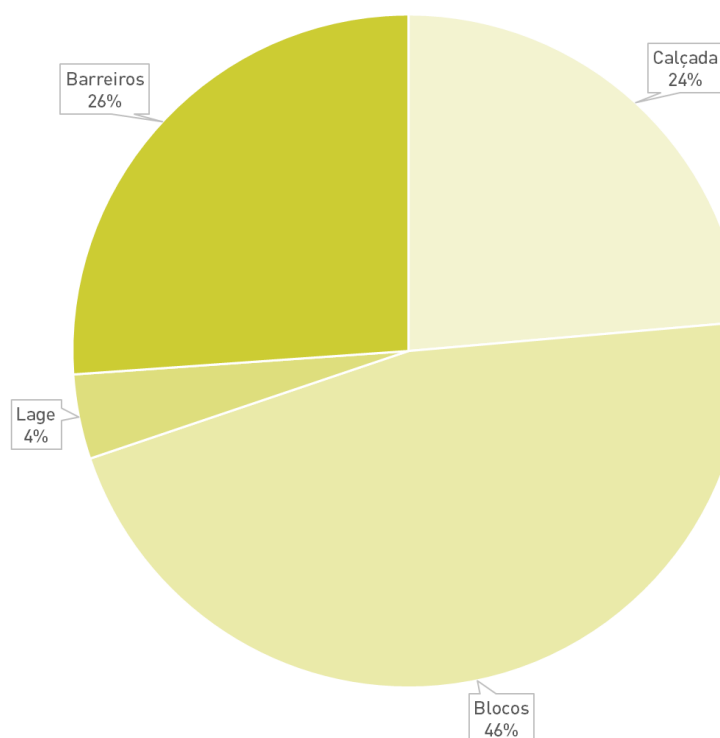


Tabela 9: Tipologias de extração nas freguesias

Tipologia de extração de inertes	Freguesias mais representativas
Blocos	Porto de Mós (100%), Serro Ventoso (96%) União de Freguesias de Arrimal e Mendiga (61%)
Calçada	Alqueidão da Serra (100%) São Bento (51,75%)
Barreiros	Calvaria de Cima (100%) Juncal (100%)
Lage	Não é a mais representativa em nenhuma das freguesias

A extração de inertes é das atividades económicas com impacto mais significativo e permanente no território, sendo fundamental monitorizar a sua dinâmica e manter uma consciência presente das suas consequências para o desenvolvimento sustentável de um território.

No contexto de Porto de Mós, esta atividade apresenta um peso importante pelo que é ainda mais relevante manter ativa a dinâmica de monitorização. Lembrando que cerca de um quarto da área de exploração está associada a unidades abandonadas é essencial promover as necessárias diligências para sua recuperação, devolvendo essas áreas à fruição geral da população e restabelecendo o mais possível os ecossistemas precedentes.

OE8 - Analisar o setor do Turismo no concelho

A atividade turística encontra-se em clara expansão ao nível nacional e é atualmente uma das grandes fontes de geração de riqueza em muitos municípios. É também uma atividade que exige frequentemente largas porções de espaço e que apresenta consideráveis impactos em termos do ordenamento do território, sendo fundamental compreender a sua verdadeira expressão ao nível municipal.

O presente objetivo foi avaliado segundo os seguintes indicadores:

I26 – Número de unidades de alojamento licenciados

I27 – Número de camas licenciadas

I28 – Tipologia de alojamentos turísticos licenciados

I29 – Número de visitantes dos espaços turísticos

O concelho de Porto de Mós tem 379 camas dispersas por 62 unidades de alojamento turístico licenciadas. Considerando a população residente em 2011, o território de Porto de Mós apresenta uma capacidade de 15 camas/1000 hab, embora represente uma evolução significativa, é um valor que fica ainda bastante abaixo da média da região Centro, de 26 camas/1000 hab. [60.646 camas em 2018].

Cerca de metade da capacidade encontra-se localizada em duas freguesias do concelho, União de Freguesias de Alvados e Alcaria e Porto de Mós. É de referir que apenas a freguesia de Calvaria de Cima não possui nenhuma unidade de alojamento turístico licenciada.

As unidades de alojamento turístico licenciadas dividem-se em cinco tipologias: alojamento local, parque de campismo e/ou caravanismo, empreendimento de turismo de habitação; empreendimento de turismo em espaço rural e pousada de juventude.

A grande maioria de alojamentos turísticos do concelho de Porto de Mós são Alojamentos Locais, representando cerca de 84% dos existentes, num total de 52 unidades turísticas. Os Alojamentos Locais, na sua totalidade, possuem 272 camas, e estão localizados em todas as freguesias do concelho que têm instaladas unidades de alojamento turístico.

No contexto municipal de Porto de Mós, foram identificados quatro espaços turísticos de influência nacional e internacional: Castelo, Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, Grutas de Alvados e de Santo António e Grutas de Mira de Aire.

Verifica-se uma evolução ascendente do número de visitantes, no período temporal estudado (de 2015 a 2019), revelando um aumento da notoriedade deste território e do lugar conquistado pelo setor do turismo na economia municipal. Em 2019 o conjunto dos quatro espaços turísticos referidos obtiveram um volume de 217.250 visitantes.

As Grutas de Mira de Aire são a atração turística mais emblemática do concelho de Porto de Mós, representando no ano de 2019, 64% da totalidade dos visitantes.

À semelhança de muitos dos indicadores analisados, verifica-se que a totalidade de espaços turísticos se encontra na zona Norte do concelho, nas freguesias de Porto de Mós, Calvaria de Cima, Mira de Aire e União de Freguesias de Alvados e Alcária.



>4
VISÃO GLOBAL

4. VISÃO GLOBAL

São apresentados a análise sistematizada dos indicadores numa perspetiva global, da totalidade do território municipal, independentemente do contexto espacial, e o impacto que se estima que o desempenho do município venha a ter em cada indicador.

Apresenta-se antes da tabela as simbologias representativas do grau de avaliação utilizado em cada fator de análise:

Relevância

✓ Muito alta



✓ Alta



Desempenho

✓ Fraco



✓ Razoável



✓ Bom



✓ Não
Quantificável/Não
Aplicável



Impacto

✓ Muito Positivo



✓ Positivo



✓ Negativo



✓ Muito Negativo



Antecipando-se a vontade municipal de combater as principais debilidades identificadas, naturalmente que as prioridades de intervenção deverão focar-se nos indicadores de maior relevância que apresentem desempenho menos satisfatório e consequentemente com impactos mais negativos.

Tabela 10: Desempenho e impacto dos Indicadores de Avaliação

Objetivo Específico	ID	Indicador	Relevância	Análise Global Desempenho	Impacto no desenvolvimento territorial sustentável
OE1	I1	Área ocupada nas áreas urbanizáveis definidas no PDM			
	I2	Área ocupada nas áreas urbanizáveis definidas no PDM, por tipo de concretização			
OE2	I3	Número de edifícios degradados			
	I4	Número de alojamentos vagos			
	I5	Número de alojamentos de utilização sazonal			
	I6	Número de processos de operação urbanística			
	I7	Classificação de processos de operação urbanística			
OE3	I8	Número de unidades com respostas sociais públicas			
	I9	Número de utentes abrangidos por respostas sociais públicas			
	I10	Número de utentes abrangidos por respostas sociais públicas (por freguesia)			
	I11	Influência dos equipamentos da rede social pública			
	I12	Número de utentes em lista de espera para respostas sociais públicas			

Objetivo Específico	ID	Indicador	Relevância	Análise Global Desempenho	Impacto no desenvolvimento territorial sustentável
	I13	Número de unidades comerciais			
	I14	Tipo de funções comerciais			
	I15	Extensão de vias com passeios			
OE4	I16	Número de carreiras que servem os aglomerados			
	I17	Número de paragens que servem os aglomerados			
	I18	Tipo de combustível utilizado nos veículos circulantes			
	I19	Ligações externas realizadas pelas carreiras			
OE6	I20	Número de empresas instaladas em áreas de atividades económicas programadas			
	I21	Número de lotes ocupados nas áreas de atividades económicas programadas			
OE7	I22	Número de explorações extrativas			
	I23	Área ocupada pelas explorações extrativas			
	I24	Área das explorações extrativas, por estado			

Objetivo Específico	ID	Indicador	Relevância	Análise Global Desempenho	Impacto no desenvolvimento territorial sustentável
	I25	Tipologia de explorações extrativas			
OE8	I26	Número de unidades de alojamento licenciadas			
	I27	Número de camas licenciadas			
	I28	Tipologia de alojamentos turísticos licenciados			
	I29	Número de visitantes dos espaços turísticos			



>5
REFLEXÕES FINAIS

5. REFLEXÕES FINAIS

Este primeiro ciclo de avaliação do Estado do Ordenamento do Território do concelho de Porto de Mós, tem subjacente a finalidade de constituir uma ferramenta que apoie as opções de planeamento no processo, já deliberado pelo executivo municipal, de alteração da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal. Complementarmente, o fundamento implícito a este ciclo de avaliação prendeu-se, também, com a opção de analisar os temas que emergiram no Quadro Empírico do ordenamento do território como estruturantes para a sustentabilidade do território de Porto de Mós e foram percecionados como áreas que apresentavam características deficitárias. O REOT surge então, como um documento orientador da estratégia e gestão municipal, permitindo aferir e corrigir os desvios ocorridos entre o rumo planeado e o real.

No contexto da alteração da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal, destaca-se a avaliação da concretização das áreas urbanizáveis, que embora pela análise quantitativa, apresentam um fraco nível de ocupação, numa perspetiva espacial das parcelas ocupadas e da conceptualização urbanística do território, considera-se que estas áreas se encontram com um bom grau de concretização, nas áreas residenciais, evidenciando os aglomerados de Juncal, Tremoceira, Alcaria, Alvados.

De uma forma geral, o concelho de Porto de Mós apresenta ao nível do edificado um desempenho superior às regiões de referência; todavia, a consciência do panorama real ao nível da dispersão do edificado vago, degradado e de utilização sazonal é importante para a aferição de uma estratégia eficaz de reabilitação urbana e de promoção da coesão territorial, através da revitalização dos centros dos aglomerados. A esta matéria é essencial reunir a avaliação obtida a respeito dos equipamentos sociais, da mobilidade pedonal e dos transportes públicos no contexto municipal, por forma a corrigir estratégias ou definir novas medidas de atuação que minimizem as disparidades e carências assinaladas.

Contudo, deve acrescentar-se que o desempenho dos indicadores analisados envolve a conjugação de fatores variadíssimos como a conjuntura económica, demográfica e social, as acessibilidades ou até mesmo fatores de carácter pessoal que jamais um SMOT poderá determinar. O REOT faz a análise dos dados numa forma que permite, genericamente, encaminhar os decisores numa determinada direção, no entanto, aquando da definição de estratégias, quer sejam de carácter mais lato ou focalizadas numa área específica, devem ser tomadas na devida consideração as variáveis, mais ou menos subjetivas, em jogo, com vista a uma deliberação ponderada e equilibrada.

Tornou-se bastante evidente a desigualdade entre o Norte e o Sul do concelho de Porto de Mós, com uma evolução positiva de dinâmica, interação, desenvolvimento e coesão na zona Norte, contrastando com o afastamento e dispersão sentida na zona Sul do concelho. Neste contexto, as freguesias do Juncal, Calvaria de Cima, Porto de Mos e Mira de Aire destacam-se pela sua dinâmica ativa e as freguesias de São Bento, Serro Ventoso e União de Freguesias de Arrimal e Mendiga apresentam, como um reflexo da dificuldade de gestão do povoamento disperso, um

retrato específico do que muitos territórios com iguais características vêm sentindo por todo o país. É de ressaltar, no entanto, que este conjunto de freguesias da designada “zona serrana” do concelho, que não só confere uma identidade muito própria ao território de Porto de Mós, como também se enquadra integralmente em área classificada e protegida – SIC PTCON0015 “Serras de Aire e Candeeiros” e Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, se assume como o foco central da estratégia de desenvolvimento e dinamização do Turismo de Natureza do Município.

Numa posição mais neutra, de uma forma global, encontram-se as freguesias de Alqueidão da Serra e União de Freguesias de Alvados e Alcária, dado que a sua evolução em determinados indicadores atenua a carência sentida noutros.

O território de Porto de Mós tem vindo a aumentar a sua visibilidade e atratividade na região de referência, com um caminho estável percorrido ao nível da consolidação da base económica, com bastante potencial ainda para desenvolver e concretizar ao nível dos espaços de atividade económica programados. No âmbito do setor turístico é também bastante visível a evolução, embora se admita que comparativamente com a média da região de referência ainda há margem para melhoramento. Todavia, a aptidão turística e o aumento do seu reconhecimento externo são fatores que posicionam Porto de Mós num patamar de elevado valor acrescentado e potencial curva de crescimento.

Da avaliação efetuada resulta ainda a identificação da necessidade e importância da valorização da paisagem, e da carência de recuperação das áreas de exploração de inertes abandonadas, que são bastante expressivas no território municipal. Considera-se que esta debilidade pode ser vista como uma oportunidade de valorização do património natural e cultural do concelho, entendido como um eixo de uma estratégia mais alargada de promoção económica e turística do território, ajudando a fortalecer a identidade já tão distinta que Porto de Mós tem vindo a conquistar.

Embora ainda faltem dois momentos muito importantes para terminar este processo - a Discussão Pública e a eventual aprovação pela Assembleia Municipal-, é altura de realizar uma reflexão do próprio processo e das possíveis ações de melhoria a introduzir no próximo ciclo de avaliação.

Muito se conseguiu nestes anos de trabalho. A concretização do SMOT foi uma grandiosa conquista e esta ferramenta deve ser entendida como elemento fulcral e central no ordenamento do território. Sendo que o ordenamento do território é uma matéria que integra todas as áreas de atividade de uma autarquia, o SMOT tem um potencial de convergência e de partilha de informação excecional. Assim, considera-se essencial dar continuidade à atualização da informação que alimenta os indicadores definidos, assim como, estabelecer procedimentos ativos e eficazes de validação dos dados e criação de canais de comunicação viáveis e seguros entre os diversos departamentos da autarquia, mas também entre as distintas entidades que atuam no território de Porto de Mós.

Uma vez iniciado o processo de monitorização este deve ser mantido, pelo que após o *terminus* deste ciclo de avaliação, outro deverá suceder, sendo a continuidade do desenvolvimento de uma cultura de participação e envolvimento dos atores locais indispensável. O investimento na comunicação dos processos de ordenamento deve ser assegurado, no sentido de os tornar mais cada vez mais transparentes e acessíveis a todos.



>6
ANEXOS

6. ANEXOS

ANEXO I – Fichas dos Indicadores de Avaliação

ÁREA OCUPADA NAS ÁREAS URBANIZÁVEIS DEFINIDAS NO PDM

RELEVÂNCIA



ID
indicador

11

PERIODICIDADE DE RECOLHA

Anual

CONTEXTO ESPACIAL

Espaços Urbanizáveis

FONTE DE INFORMAÇÃO

CMPM

UNIDADE DE MEDIDA

metro quadrado (m²)

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Pretende-se determinar a quantidade de área ocupada por edifícios ou infraestruturada no interior das áreas urbanizáveis, comparativamente à totalidade da área urbanizada de cada espaço e assim identificar e delimitar as áreas já ocupadas.

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Consulta à base de dados dos Serviços Municipais (Sistema de Processos de Obras).

ANÁLISE DAS FREGUESIAS

Na 1.^a revisão do PDM de Porto de Mós foram definidas seis subcategorias de espaços urbanizáveis, integrados na Classe Solo Urbano: Espaços Urbanizáveis Residenciais Tipo I, II e III; Espaços Urbanizáveis de Atividades Económicas; Espaços Urbanizáveis de Uso Especial; Espaços Urbanizáveis Verdes.

Estes espaços urbanizáveis totalizam 2.753.426 m², sendo que 18% da sua área (494.812 m²) se encontra atualmente ocupada, com urbanização e infraestruturação efetiva ou apresentando compromisso urbanístico válido.

As freguesias de Porto de Mós e União de Freguesias de Alvados e Alcaria são as que apresentam maior percentagem de área urbanizável ocupada, correspondendo a 22% (199.219 m²) e 23% (4.3298m²), respetivamente. Todavia, as freguesias de Pedreiras (19% - 80.023 m²), São Bento (18% - 7.360 m²), Serro Ventoso (21% - 12.581 m²) e União de Freguesias de Arrimal e Mendiga (21% - 29.666 m²) também apresentam áreas urbanizáveis ocupadas que correspondem a percentagens superiores à média do município.

Por outro lado, as freguesias de Alqueidão da Serra e de Calvaria de Cima são as que possuem menor percentagem de área urbanizável ocupada, representando 5% (7.176 m²) e 9% (10.104 m²), respetivamente.

No que respeita à percentagem de execução ao nível das subcategorias de espaço, observa-se que os Espaços Urbanizáveis Residenciais de tipo III são os que apresentam maior grau de concretização, com 26% (96.738 m²) de áreas ocupada. Seguindo-se os Espaços Urbanizáveis Verdes com 24% da sua área total ocupada (137.688 m²).

O Espaço Urbanizável de Atividades Económicas, abrangido pela área de intervenção do PPALÉOM, em vigor, encontra-se executado em cerca de um quinto da sua área total (20% - 85.378 m²). Os Espaços Urbanizáveis Residenciais de tipo I e os Espaços Urbanizáveis Residenciais de tipo II totalizam juntos 28% de área já urbanizada, 17% (65.644 m²) para os primeiros e 11% (103.338 m²) para os segundos. Por fim, os Espaços Urbanizáveis de Uso Especial encontram-se executados em 14% (6.026 m²) da sua área total.

ÁREA OCUPADA NAS ÁREAS URBANIZÁVEIS DEFINIDAS NO PDM, POR TIPO DE CONCRETIZAÇÃO

RELEVÂNCIA



ID
indicador

12

PERIODICIDADE DE RECOLHA

Anual

CONTEXTO ESPACIAL

Espaços Urbanizáveis

FONTE DE INFORMAÇÃO

CMPM

UNIDADE DE MEDIDA

metro quadrado (m²)

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Pretende-se determinar a quantidade de área ocupada por edifícios ou infraestruturada no interior das áreas urbanizáveis, diferenciando em tipos distintos de grau de execução.

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Consulta à base de dados dos Serviços Municipais (Sistema de Processos de Obras).

ANÁLISE DAS FREGUESIAS

Com este indicador pretende-se aferir as diferentes formas como as áreas urbanizáveis, definidas na 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós, têm vindo a ser concretizadas. Foram identificadas três formas: (i) Compromisso urbanístico válido; (ii) Ocupado antes da publicação 1.ª Revisão do PDM e (iii) Ocupado depois da publicação 1.ª Revisão do PDM.

Verifica-se que 97% das áreas urbanizáveis ocupadas já se encontravam comprometidas à data da publicação da 1.ª revisão PDM, sendo que 3% destas foram comprometidas após a entrada em vigor da referida Revisão. Destes, 2% correspondem a compromissos urbanísticos válidos e 1% diz respeito a área com urbanização realizada após a entrada em vigor do referido Plano.

Todas as freguesias apresentam áreas ocupadas antes da publicação da 1.ª Revisão do PDM.

Apenas a freguesia de Pedreiras possui área com urbanização efetivada após a entrada em vigor do referido Plano e as freguesias de Alqueidão da Serra, União de Freguesias de Alvados e Alcaria e União de Freguesias de Arrimal e Mendiga têm compromissos válidos, mas ainda não executados.

NÚMERO DE EDIFÍCIOS DEGRADADOS

RELEVÂNCIA



ID
indicador

13

PERIODICIDADE DE RECOLHA

10 anos

CONTEXTO ESPACIAL

PU, AR e AED

FONTE DE INFORMAÇÃO

Instituto Nacional de Estatística (INE - BGE)

UNIDADE DE MEDIDA

número (n.º)

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Não existe forma mais direta de aferir a imagem e a qualidade de um espaço urbano do que quantificar os espaços e edifícios degradados, relacionando os estados de conservação com o total do parque edificado de cada aglomerado.

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Análise dos Recenseamentos Gerais do Instituto Nacional de Estatística, 2011. Edifícios com estado de conservação “mau” e “péssimo” no interior dos aglomerados definidos na Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo.

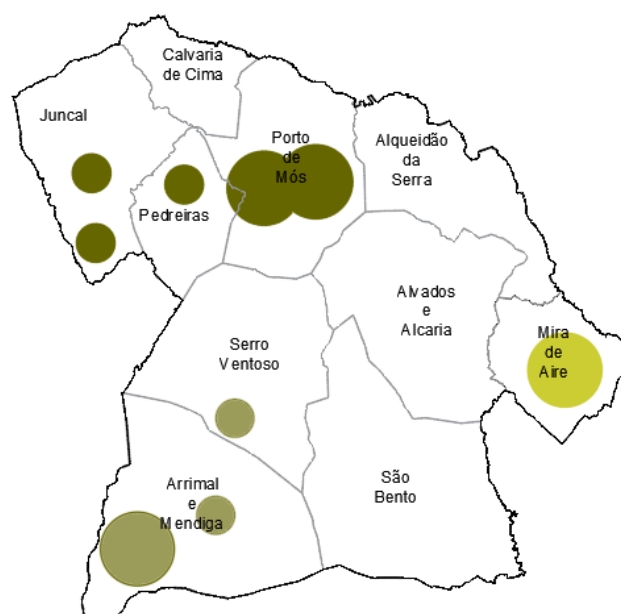
ANÁLISE DOS AGLOMERADOS

Do conjunto dos 73 aglomerados definidos na 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós, destacam-se dez como sendo aqueles que apresentam maior número absoluto de edifícios degradados. Esses aglomerados são: Mira de Aire (83 ed.), Arrimal (29 ed.), Corredoura (19 ed.), Porto de Mós (19 ed.), Mendiga (14 ed.), Tourões (13 ed.), Juncal (12 ed.), Tremoceira (11 ed.), Cumeira de Cima (11 ed.) e Casais do Chão (10 ed.).

Em termos relativos, a percentagem de edifícios degradados nos aglomerados do concelho é de 4,11%. Apenas um dos aglomerados referidos acima - Juncal, se situa abaixo desta percentagem, representando os edifícios degradados 2% do seu parque edificado.

Deste núcleo de aglomerados com maior número de edifícios degradados em termos relativos, destacam-se Tourões com 16% de edifícios degradados, Casais do Chão com 14% e Arrimal com 13%. Os dois maiores aglomerados do concelho, Porto de Mós e Mira de Aire, apresentam as seguintes percentagens de parque edificado respetivamente, 4% e 6%.

Em termos de análise espacial é possível verificar que existem três eixos/polos principais, de aglomerados com maior percentagem de edifícios degradados, correspondentes a: (i) Eixo 1 – Arrimal – Mendiga – Casais do Chão, (ii) Eixo 2 – Porto de Mós - Juncal, (iii) Polo 3 – Mira de Aire.



NÚMERO DE ALOJAMENTOS VAGOS

RELEVÂNCIA



ID
indicador

14

PERIODICIDADE DE RECOLHA

10 anos

CONTEXTO ESPACIAL

PU, AR e AED

FONTE DE INFORMAÇÃO

Instituto Nacional de Estatística (INE - BGE)

UNIDADE DE MEDIDA

número (n.º)

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Este indicador permite aferir, simultaneamente, a disponibilidade de alojamento e a tendência da ocupação habitacional do aglomerado. Pode ser um importante contributo para a determinação da necessidade de áreas de expansão.

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

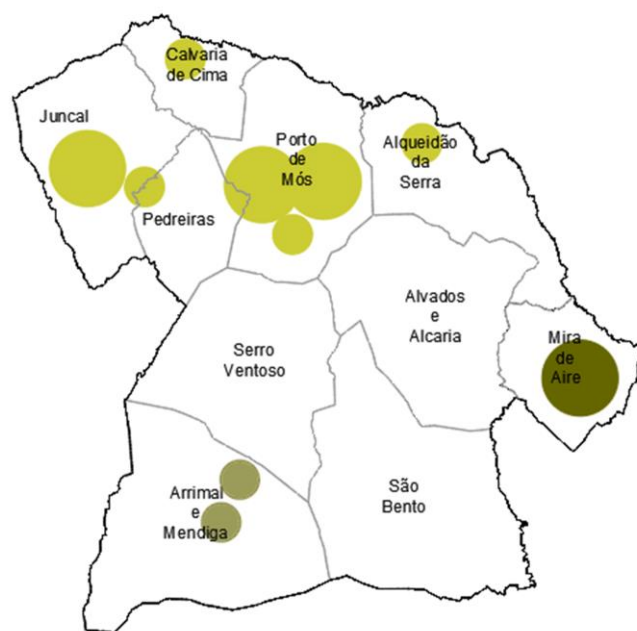
Análise dos Recenseamentos Gerais do Instituto Nacional de Estatística, 2011. Alojamentos vagos no interior dos aglomerados definidos na Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo.

ANÁLISE DOS AGLOMERADOS

Do conjunto dos 73 aglomerados definidos na 1.^a revisão do PDM de Porto de Mós, destacam-se treze como sendo aqueles que apresentam maior número absoluto de alojamentos vagos. Esses aglomerados são: Porto de Mós [156 aloj.], Mira de Aire [128 aloj.], Corredoura [89 aloj.], Juncal [78 aloj.], Calvaria de Cima [73 aloj.], Alqueidão da Serra [57 aloj.], Bairro são Miguel [45 aloj.], Mendiga [41 aloj.], Cruz da légua [40 aloj.], Ribeira de Cima [39 aloj.], São Jorge [37 aloj.], Tremoceira [34 aloj.] e Marinha [31 aloj.]. Em termos relativos, a percentagem de alojamentos vagos na totalidade dos aglomerados do concelho é de 12,05%. Apenas três dos aglomerados referidos se situam abaixo desta percentagem: Juncal (11%), Alqueidão da Serra (9%) e Porto de Mós (6%).

Deste conjunto de aglomerados elencados anteriormente, destacam-se com maior valor percentual de alojamentos vagos os aglomerados: Marinha (27% num total de 31 alojamentos), Bairro de S. Miguel (21% num total de 45 alojamentos) e Corredoura (20% num total de 88 alojamentos). Existem nove aglomerados nos quais não se registam alojamentos vagos: Casal do Alho, Covão da Carvalha, Barrenta, Esparrela, Picamilho, Bom Sucesso, Covão de Oles, Tojal de Cima e Valongo. Globalmente, representam 3% do total de alojamentos no interior de aglomerados.

Em termos de análise espacial é possível verificar que existem três eixos/polos principais, de aglomerados com maior percentagem de edifícios vagos, correspondentes a: (i) Eixo 1 – Marinha – Mendiga, (ii) Eixo 2 – Juncal – Alqueidão da Serra, (iii) Polo 3 – Mira de Aire.



NÚMERO DE ALOJAMENTOS DE UTILIZAÇÃO SAZONAL

RELEVÂNCIA



ID
indicador

15

PERIODICIDADE DE RECOLHA

10 anos

CONTEXTO ESPACIAL

PU, AR e AED

FONTE DE INFORMAÇÃO

Instituto Nacional de Estatística (INE - BGE)

UNIDADE DE MEDIDA

número (n.º)

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Pretende-se conhecer os padrões de ocupação dos alojamentos e perceber de que forma estes poderão afetar a dinâmica dos aglomerados.

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Análise dos Recenseamentos Gerais do Instituto Nacional de Estatística, 2011. Alojamentos de utilização sazonal (todos aqueles que não são classificados como residência habitual) no interior dos perímetros definidos na Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo.

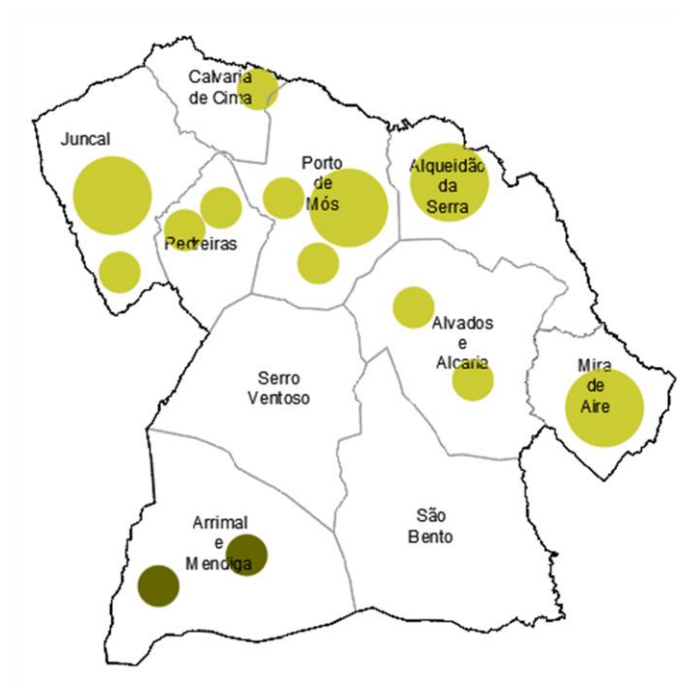
ANÁLISE DOS AGLOMERADOS

Do conjunto dos 73 aglomerados definidos na 1.^a revisão do PDM de Porto de Mós, destacam-se quinze como sendo aqueles que apresentam maior número absoluto de alojamentos sazonais. Esses aglomerados são: Mira de Aire [609 aloj.], Porto de Mós [405 aloj.], Juncal [209 aloj.], Alqueidão da Serra [161 aloj.], Corredoura [138 aloj.], Cumeira de Cima [257 aloj.], Ribeira de Cima [84 aloj.], Alcária [80 aloj.], Alvados [77 aloj.], Mendiga [74 aloj.], Bairro são Miguel [62 aloj.], Arrimal [62 aloj.], São Jorge [60 aloj.], Tremoceira [52 aloj.] e Cruz da légua [51 aloj.].

Em termos relativos, a percentagem de alojamentos sazonais nos aglomerados do concelho é de 29,9%. Cinco dos aglomerados referidos situam-se acima desta percentagem: Alcária (52%), Porto de Mós (38%), Mendiga (33%), Cumeira de Cima (33%) e Ribeira de Cima (31%).

É de referir que Alcária possui uma percentagem de alojamentos sazonais muito elevada, excedendo metade dos alojamentos existentes no aglomerado.

Em termos de análise espacial é possível verificar que existem duas zonas fortemente marcadas pela presença de alojamentos sazonais: (i) Zona Norte do concelho; (ii) Zona Sudoeste do concelho.



NÚMERO DE PROCESSOS DE OPERAÇÃO URBANÍSTICA

RELEVÂNCIA



ID
indicador

16

PERIODICIDADE DE RECOLHA

anual

CONTEXTO ESPACIAL

Freguesia

FONTE DE INFORMAÇÃO

CMPM

UNIDADE DE MEDIDA

número (n.º)

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Pretende-se localizar e quantificar as diferentes operações urbanísticas que ocorreram no município após a entrada em vigor da 1.ª revisão do PDM, até ao final do ano de 2019.

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Consulta à base de dados dos Serviços Municipais (Sistema de Processos de Obras). O ano de 2015 apenas representa 4 meses, uma vez que a revisão do PDM foi aprovada em agosto de 2015.

ANÁLISE DAS FREGUESIAS

Decorridos cinco anos após a entrada em vigor da 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós, é de destacar que o ano de 2018 foi o que apresentou maior número de operações urbanísticas. No período em análise (2015-2019) foram recebidos 2097 processos.

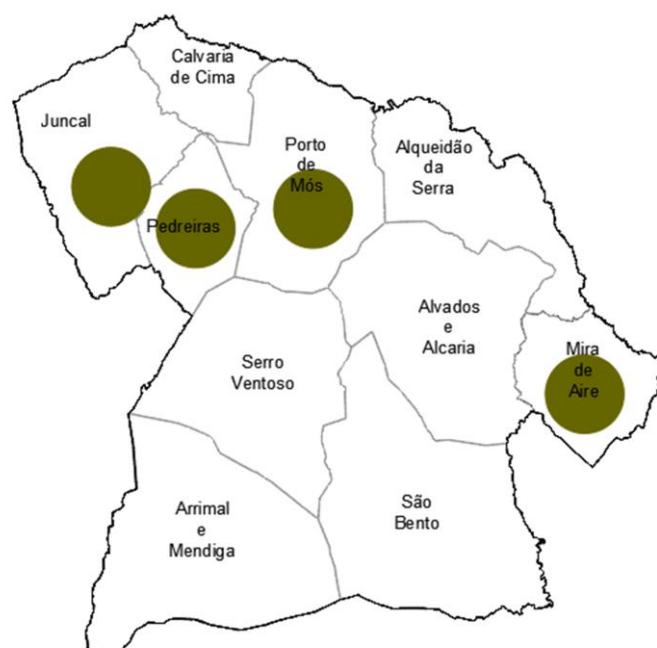
A freguesia de Porto de Mós surge, em todos os anos analisados, como a freguesia com maior quantidade de processos. Segue-lhe a freguesia de Pedreiras, sendo a segunda com maior peso neste indicador, à exceção do primeiro ano (2015), em que a União de freguesias de Arrimal e Mendiga se destaca.

Assim, as freguesias com maior dinâmica urbanística ao nível da análise do número de processos, são Porto de Mós e Pedreiras, que representam mais de um terço do total de operações urbanísticas do concelho, em qualquer um dos anos.

A dinâmica das freguesias do Juncal e de Mira de Aire é também significativa, representando cerca de um quinto do total de operações, também em todos os anos.

Noutra perspetiva, com menor dinâmica de operações urbanísticas surge a freguesia de Serro Ventoso, representando entre 3% a 6% da totalidade de processos de operação urbanística.

Em termos de análise espacial verifica-se a predominância de maior dinâmica de operações urbanísticas na faixa Norte do território municipal, com maior peso na zona Noroeste.



CLASSIFICAÇÃO DE PROCESSOS DE OPERAÇÃO URBANÍSTICA

RELEVÂNCIA



ID
indicador

17

PERIODICIDADE DE RECOLHA

anual

CONTEXTO ESPACIAL

Concelho

FONTE DE INFORMAÇÃO

CMPM

UNIDADE DE MEDIDA

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Pretende-se identificar e qualificar, para além do número absoluto de operações urbanísticas, o tipo de operação em presença na globalidade do território. O período temporal do estudo enquadra-se entrada em vigor da 1.ª revisão do PDM e o final do ano de 2019.

MÉTODO DE RECOLHA/VARIÁVEIS/ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Consulta à base de dados dos Serviços Municipais (Sistema de Processos de Obras).

ANÁLISE DO CONCELHO

A totalidade de número de processos de operação urbanística no período de recolha é de 2097, sendo que a sua maioria (90%) corresponde à classificação Certidões (731 processos, 35%), Obras de conservação/escassa relevância (527 processos, 25%) e Processos de obras (626 processos, 30%).

No que concerne à classificação de certidões salienta-se que a maior parte dos processos dizem respeito a pedidos de Certidões de isenção de licença de utilização (444 processos, 61% do total das certidões) e Certidões de aumento do número de compartes (139 processos, 19% do total das certidões).

As obras de conservação (366 processos) são as obras mais relevantes no contexto dos processos de operações urbanísticas de Obras de conservação/escassa relevância, correspondendo a 69% do total desta classificação.

Por outro lado, os pedidos de licenciamento (418 processos) são os mais significativos da classificação de Processos de Obras, representando 67% do total de todos os processos de obras que deram entrada nos serviços da Câmara Municipal. Destes pedidos de licenciamento 53% são relativos a habitação (221 processos) e 9% a indústria (39 processos).

As Pedreiras são a classificação de operações urbanísticas menos relevante, apresentando apenas três processos, todos eles respeitantes a pedidos de legalização. Estes processos localizam-se nas freguesias de Porto de Mós, São Bento e União de Freguesias de Arrimal e Mendiga, com um processo em cada uma delas.

Identificou-se ainda a classificação cruzada de alguns subtipos de processos, que embora não sendo apresentando valores pouco significativos, pode desviar o resultado do tratamento estatístico dos dados, produzindo ligeiros desajustes nesta análise relativamente à realidade. Apresenta-se a listagem das situações identificadas:

- ✓ Obras de escassa relevância – identificadas na classificação Processos de obra e Obras de conservação;
- ✓ Certidão de aumento do número de compartes - identificada na classificação Processos de obra e Certidões;
- ✓ Isenção de licenças - - identificada na classificação Processos de obra, Certidões, Diversos e Obras de conservação;
- ✓ Construção de muros – identificada na classificação Obras de conservação e Processos de obra.

NÚMERO DE UNIDADES COM RESPOSTAS SOCIAIS PÚBLICAS

RELEVÂNCIA



ID indicador

18

PERIODICIDADE DE RECOLHA

anual

CONTEXTO ESPACIAL

Freguesia

FONTE DE INFORMAÇÃO

CMPM

UNIDADE DE MEDIDA

número (n.º)

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Este indicador permite aferir a quantidade de entidades da rede de apoio social pública localizadas no concelho de Porto de Mós, assim como a sua localização geográfica.

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Formulário preenchido pelas entidades que integram a Rede Social.

ANÁLISE DAS FREGUESIAS

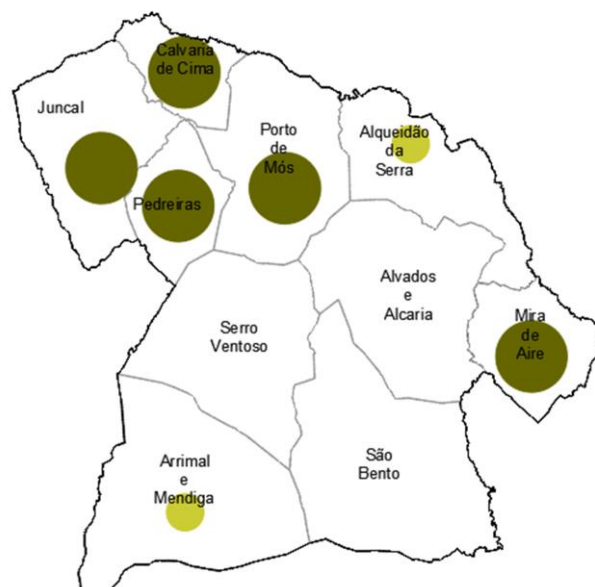
O município de Porto de Mós é servido, internamente, por doze entidades da rede pública de apoio social:

- ✓ Abrigo Familiar Casa de São José
- ✓ Associação Amparo Familiar
- ✓ Associação Bem-Estar de Cruz da Légua
- ✓ Associação de Apoio Infantil de Pedreiras
- ✓ Associação de Serviço e Socorro Voluntário de São Jorge
- ✓ Casa do Povo de Calvaria de Cima
- ✓ Casa do Povo de Alqueidão da Serra
- ✓ Centro de Apoio Social Serra D'Aire e Candeeiros
- ✓ Centro Paroquial de Assistência de Juncal
- ✓ CERCILEI
- ✓ Santa Casa de Misericórdia de Porto de Mós
- ✓ Solar do Povo de Juncal

Em termos de análise espacial verifica-se maior incidência destas entidades na faixa Norte do território, sendo as freguesias mais relevantes com a presença de duas, as seguintes: Calvaria de Cima, Juncal, Mira de Aire, Porto de Mós e Pedreiras.

As freguesias de Alqueidão da Serra e União de Freguesias de Arrimal e Mendiga são servidas por uma entidade cada uma.

Destacam-se, pela ausência de entidades públicas com respostas sociais localizadas no seu território, as freguesias de São Bento, União de Freguesias de Alvados e Alcaria e Serro Ventoso.



NÚMERO DE UTENTES ABRANGIDOS POR RESPOSTAS SOCIAIS PÚBLICAS

RELEVÂNCIA



ID
indicador

19

PERIODICIDADE DE RECOLHA

anual

CONTEXTO ESPACIAL

Concelho

FONTE DE INFORMAÇÃO

CMPM

UNIDADE DE MEDIDA

número (n.º)

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Este indicador permite avaliar a dinâmica do número de utentes abrangido por cada tipo de serviço ao longo de um período temporal de cinco anos (2015 a 2019).

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Formulário preenchido pelas entidades que integram a Rede Social.

ANÁLISE DO CONCELHO

São prestadas dez diferentes respostas sociais pelas entidades localizadas no território de Porto de Mós. Estas respostas são: Creche, Pré-escolar, Atividades de tempos livres, Centro de dia, Centro de convívio, Apoio domiciliário, Estrutura residencial para idosos, Unidade de cuidados na comunidade, Cantina social e Centro de atividades ocupacionais. O universo de utentes abrangidos por estes serviços conheceu flutuações que oscilam entre um mínimo de 958, no ano de 2017, e um máximo de 1191, no ano de 2016.

No período temporal de 2015 a 2019, os serviços que abrangem a população de faixas etárias mais altas são os mais representativos em termos de número de utentes abrangidos, sendo que destes os que mais se destacam são o Apoio domiciliário e a Estrutura residencial para idosos. Estas duas tipologias de serviço, em conjunto, representam cerca de metade dos utentes servidos, dependendo do ano em estudo, variando entre 43% em 2015 e 51% em 2018, do total de utentes.

As respostas com menor peso em qualquer um dos anos analisados são: Centro de convívio, Unidade de cuidados na comunidade, Cantina social e Centro de atividades ocupacionais. Estes quatro serviços em conjunto representam 13% (2015) a 7% (2019) dos utentes abrangidos por todo o tipo de apoio social da rede pública. Destaca-se, que à exceção da Unidade de cuidados na comunidade, os restantes serviços têm vindo a perder utentes ao longo da série de anos analisada. Aliás, o número de utentes daquele serviço aumentou 33%, no ano de 2018, tendo mantido no ano de 2019 o mesmo universo de utentes.

O serviço de Cantina social, de acordo com os dados recolhidos, perdeu cerca de 86% dos seus utentes desde 2015, sendo no ano de 2019 a resposta com menor peso relativo no total de utentes abrangidos por apoio social público, com nove utentes. A este serviço, no que se refere a respostas com menor número de utentes, sucede o Centro de convívio com dez utentes no ano de 2019.

Os serviços de Atividades de tempos livres e de Unidade de cuidados na comunidade são os que apresentam maior número de utentes abrangidos no ano de 2019, em comparação com o ano de 2015.

No ano de 2017 ocorreu um decréscimo, em praticamente todos os serviços analisados, com a exceção do Centro de atividades ocupacionais que manteve o número de utentes servidos (30) e a Estrutura residencial para idosos que aumentou em dois utentes (237). O total de utentes abrangidos decresceu cerca de 20% comparativamente com o ano anterior.

A Unidade de cuidados na comunidade apresenta em 2016 um valor nulo, assim como a Cantina social em 2017. Este facto leva a ponderar a hipótese de um lapso na recolha ou no tratamento da informação.

NÚMERO DE UTENTES ABRANGIDOS POR RESPOSTAS SOCIAIS PÚBLICAS (POR FREGUESIA)

RELEVÂNCIA



ID
indicador

110

PERIODICIDADE DE RECOLHA

anual

CONTEXTO ESPACIAL

Freguesia

FONTE DE INFORMAÇÃO

CMPM

UNIDADE DE MEDIDA

número (n.º)

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Este indicador permite avaliar o número de utentes abrangido por cada resposta social, por freguesia, no ano de 2019.

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Formulário preenchido pelas entidades que integram a Rede Social. Nos dados recolhidos verifica-se que existem duas entidades sem informação para o ano de 2019. Com consciência de que a análise não irá corresponder à realidade, far-se-á a avaliação possível com os dados disponíveis.

ANÁLISE DAS FREGUESIAS

Os serviços de Unidade de cuidados na comunidade (UCC), Cantina social (CS) e Centro de atividades ocupacionais (CAO), no ano de 2019, estão presentes apenas na freguesia de Porto de Mós. Esta freguesia possui também um maior peso relativo de utentes nos serviços de Creche (C) (46%), Pré-escolar (PE) (37%).

A freguesia de Mira de Aire apresenta-se como a mais representativa nos serviços de Centro de dia (CD) (26%) e Centro de convívio (70%).

A freguesia de Pedreiras tem um maior peso relativo nos serviços de Apoio domiciliário (AD) (18%), de Estrutura residencial de idosos (ERI) (29%) e de Atividades de tempos livres (ATL) (44%).

A resposta de Apoio domiciliário é a única presente em todas as freguesias que possuem entidades da Rede Social pública.

Destaca-se que as freguesias de São Bento, Serro Ventoso e União de Freguesia de Alvados e Alcaria não dispõem de entidades instaladas no seu território.

Freguesias	C	PE	ATL	CD	CC	AD	ERI	UCC	CS	CAO
Mira de Aire	●	●	●	●	●	●	●			
Pedreiras	●		●	●		●	●			
Calvaria de Cima		●	●	●		●				
Alqueidão da Serra				●	●	●				
UF de Arrimal e Mendiga						●				
Juncal				●		●	●			
Porto de Mós	●	●		●		●	●	●	●	●

INFLUÊNCIA DOS EQUIPAMENTOS DA REDE SOCIAL PÚBLICA

RELEVÂNCIA



ID
indicador

111

PERIODICIDADE DE RECOLHA

anual

CONTEXTO ESPACIAL

Freguesia

FONTE DE INFORMAÇÃO

CMPM

UNIDADE DE MEDIDA

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Este indicador permite avaliar a influência geográfica de cada resposta social pública ao longo de um intervalo temporal de cinco anos (2015 a 2019). É medida através do número de utentes que residem na mesma freguesia da unidade, no município de Porto de Mós ou fora do município.

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Formulário preenchido pelas entidades que integram a Rede Social.

ANÁLISE DAS FREGUESIAS

Para este indicador apenas foi possível recolher informação para os anos de 2018 e 2019. Sendo que a soma dos valores parciais das áreas de influência por tipologia nos anos de 2018 e 2019, não correspondem aos totais apresentados noutros indicadores.

Dado que não foi possível verificar e corrigir esta situação até à data de produção final da presente ficha, optou-se por não apresentar a análise dos dados. Todavia, dada a importância deste indicador, considerou-se fundamental manter o mesmo no Sistema de Monitorização do Ordenamento do Território.

NÚMERO DE UTENTES EM LISTA DE ESPERA PARA RESPOSTAS SOCIAIS PÚBLICAS

RELEVÂNCIA



ID
indicador

112

PERIODICIDADE DE RECOLHA

anual

CONTEXTO ESPACIAL

Freguesia

FONTE DE INFORMAÇÃO

CMPM

UNIDADE DE MEDIDA

número (n.º)

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Este indicador permite medir as carências de cada resposta social pública ao longo de um período temporal de cinco anos (2015 a 2019). É medida através do número de utentes em lista de espera por tipologia de resposta.

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Formulário preenchido pelas entidades que integram a Rede Social.

ANÁLISE DAS FREGUESIAS

Os serviços de ATL, de Centro de convívio, de Apoio domiciliário e de Cantina social não apresentam qualquer valor de utentes em lista de espera para o período de análise, o que permite a interpretação de que estes serviços não atingiram o seu limite de capacidade.

No que respeita às tipologias Pré-escolar, Centro de dia e Unidade de cuidados na comunidade, apenas dispõem de dados para alguns dos anos em apreço, supondo-se que foram os anos em que se alcançou a totalidade da capacidade nestes serviços em algumas das entidades. Destaca-se o ano de 2017, no serviço de Centro de Dia, em que a Santa Casa da Misericórdia atingiu o seu limite de lotação.

Na resposta social Creche, desde 2015 até 2019, o número de utentes em lista de espera tem vindo a aumentar, sendo o seu valor absoluto em 2019 de 98 utentes. No período em análise houve um aumento de 326% do número de utentes em situação de espera para esta tipologia de serviço (23 em 2015 e 98 em 2019).

Verifica-se a mesma evolução para a resposta social Unidade de cuidados na comunidade, sendo que neste serviço o aumento de utentes em espera tem tido um incremento substancial, representando um aumento de 1440% do número de utentes em espera para esta tipologia de serviço (20 em 2015 e 308 em 2019).

Por outro lado, o número de utentes em espera na tipologia de serviço Centro de atividades ocupacionais tem-se mantido relativamente constante nos cinco anos analisados, variando de um máximo de 9 utentes em 2016 e um mínimo de 2 em 2019.

NÚMERO DE UNIDADES COMERCIAIS

RELEVÂNCIA



ID
indicador

113

PERIODICIDADE DE RECOLHA

anual

CONTEXTO ESPACIAL

Freguesia

FONTE DE INFORMAÇÃO

CMPM

UNIDADE DE MEDIDA

número (n.º)

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Este indicador permite aferir o número de estabelecimentos comerciais existente em cada freguesia.

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Consulta à base de dados dos Serviços Municipais e levantamento no terreno em outubro de 2019.

ANÁLISE DAS FREGUESIAS

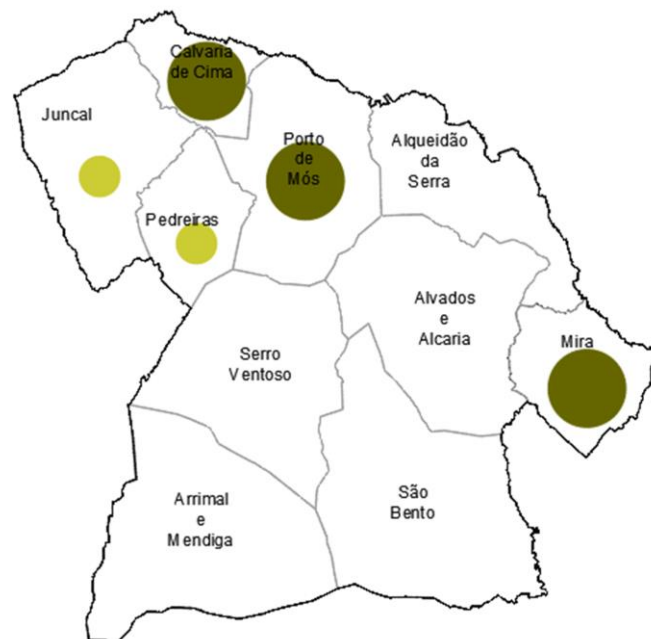
O concelho de Porto de Mós é servido por 419 unidades comerciais.

As freguesias de Porto de Mós, Calvaria de Cima e Mira de Aire, no seu conjunto, contêm cerca de 63% (265 unidades) da totalidade dos estabelecimentos comerciais identificados.

A freguesia com maior número de unidades comerciais é a freguesia da sede de concelho com 130 estabelecimentos, é seguida pela freguesia de Calvaria de Cima com 73 unidades comerciais, sendo Mira de Aire a terceira freguesia com maior número de espaços comerciais, com 62 unidades.

A freguesia que apresenta menor número de unidades comerciais é São Bento, com 8 estabelecimentos comerciais identificados.

Em termos de análise espacial verificar-se a predominância de unidades comerciais na faixa Norte do território municipal, com maior peso na zona Noroeste.



TIPO DE FUNÇÕES COMERCIAIS

RELEVÂNCIA



ID
indicador

114

PERIODICIDADE DE RECOLHA

anual

CONTEXTO ESPACIAL

Freguesias

FONTE DE INFORMAÇÃO

CMPM

UNIDADE DE MEDIDA

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Este indicador permite aferir o tipo de estabelecimentos comerciais existentes por grandes grupos função e por freguesia.

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Consulta à base de dados dos Serviços Municipais e levantamento no terreno em outubro de 2019.

ANÁLISE DAS FREGUESIAS

Dos 419 estabelecimentos existentes no concelho de Porto de Mós, 57% correspondem a Comércio a Retalho, 7% a Comércio e Serviços e 36% a Restauração e Bebidas.

O Comércio a Retalho é a tipologia mais significativa na maior parte das freguesias, nomeadamente: Calvaria de Cima, Juncal, Mira de Aire, Pedreiras, Porto de Mós, Serro Ventoso e União de Freguesias de Arrimal e Mendiga, embora nesta última, a diferença surja apenas por uma unidade comercial (12 unidades de Comércio a retalho e 11 unidades de Restauração e Bebidas).

Nas freguesias de Alqueidão da Serra, São Bento e União de Freguesias de Alvados e Alcaria a tipologia de estabelecimentos mais frequente é a de Restauração e Bebidas.

No que respeita às tipologias de comércio mais desagregadas as mais representativas são: Café (17%, 71 unidades), Restaurante (9%, 39 unidades), Minimercado (6%, 25 unidades), Stand Automóveis (5%, 19 unidades) e Posto de abastecimento de combustível (5%, 19 unidades).

Destacam-se, ainda, aquelas tipologias que, no concelho de Porto de Mós, apresentam pelo menos cinco unidades, para além das tipologias identificadas anteriormente. As tipologias apresentadas na tabela seguinte equivalem a 25% do total das unidades comerciais do concelho.

Tipologia	N.º	Tipologia	N.º
Pastelaria/Padaria	14	Frutaria	6
Vestuário	13	Talho	6
Eletrodomésticos	10	Decoração	5
Farmácia	8	Drogaria	5
Loja Chinesa	8	Materiais de Construção	5
Florista	7	Pastelaria	5
Snack-Bar	6	Supermercado	5

EXTENSÃO DE VIAS COM PASSEIOS

RELEVÂNCIA



ID
indicador

115

PERIODICIDADE DE RECOLHA

anual

CONTEXTO ESPACIAL

PU, AR e AED

FONTE DE INFORMAÇÃO

CMPM

UNIDADE DE MEDIDA

quilómetros (km)

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Extensão de vias pavimentadas com passeios, no interior dos aglomerados definidos na Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo, medido em Km.

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Consulta à base de dados dos Serviços Municipais.

ANÁLISE DAS FREGUESIAS

Foram identificados 419,20 km de vias pavimentadas no interior dos aglomerados definidos na Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo em todo o território municipal, destes 80,28 km encontram-se providos de passeios, representando, em termos percentuais, 19,15%.

As freguesias de Porto de Mós e de Mira de Aire destacam-se como sendo aquelas que possuem maior valor absoluto e percentagem de vias pavimentadas com passeio, apresentando valores superiores à média do território municipal. Na freguesia de Porto de Mós 34% das vias pavimentadas estão servidas por passeio e na freguesia de Mira de Aire, esse valor é de 26%.

Por outro lado, as freguesias que apresentam a menor extensão de vias pavimentadas servidas por passeios, em termos absolutos e em percentagem, são as freguesias de São Bento (697 m, 2%), Alqueidão da Serra (1806 m, 6%), Calvaria de Cima (1896, 8%) e União de Freguesias de Alvados e Alcária (1896, 8%).

O perímetro de Porto de Mós é exceção ao referido anteriormente, possuindo um sistema de passeios que acompanha a rede viária em cerca de 70% da sua extensão, com maior incidência no centro do aglomerado, exercendo uma efetiva função de rede de circulação pedonal.

Os espaços urbanizáveis definidos na Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo possuem uma extensão de 14,81 km de vias pavimentadas, sendo que 1,98 km dessas vias se encontram servidas por passeio. Ou seja, 13,37% das vias pavimentadas das áreas urbanizáveis têm passeio.

NÚMERO DE CARREIRAS QUE SERVEM OS AGLOMERADOS

RELEVÂNCIA



ID
indicador

116

PERIODICIDADE DE RECOLHA

anual

CONTEXTO ESPACIAL

Freguesia

FONTE DE INFORMAÇÃO

Inst. da Mob. e dos Transportes Terrestres

UNIDADE DE MEDIDA

número (n.º)

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Este indicador permite identificar o número de carreiras diárias (dias úteis) de transporte público coletivo que serve as freguesias do concelho, assim como o percurso de cada carreira no território de Porto de Mós.

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Consulta à base de dados da Autoridade Rodoviária Nacional – SIGGESC.

ANÁLISE DAS FREGUESIAS

Da informação analisada, observa-se que os aglomerados do concelho de Porto de Mós são servidos por 55 carreiras do operador Rodoviária do Tejo, das Direções Operacionais de Leiria, Torres Novas, Caldas da Rainha e Santarém.

Todas as freguesias são abrangidas por pelo menos uma carreira que para no seu território, sendo que o Juncal e Porto de Mós são as freguesias que possuem o maior número de carreiras que param no seu território, com 26 e 24 carreiras, respetivamente.

Por outro lado, as freguesias de São Bento, Serro Ventoso, União de Freguesias de Alvados e Alcaria e União de Freguesias de Arrimal e Mendiga são aquelas que possuem um menor número de carreiras que para nos seus aglomerados, com 3, 7, 7 e 6 carreiras respetivamente.

Desta forma, é bastante vincada a disparidade entre o Norte e o Sul do concelho no que diz respeito a este indicador, estado o norte do município servido por maior número de ligações de transporte público.

Freguesias	Número de carreiras que param na freguesia
Alqueidão da Serra	13
Calvaria de Cima	18
Juncal	26
Mira de Aire	13
Pedreiras	18
Porto de Mós	24
São Bento	3
Serro Ventoso	7
UF de Alvados e Alcaria	7
UF de Arrimal e Mendiga	6

NÚMERO DE PARAGENS QUE SERVEM OS AGLOMERADOS

RELEVÂNCIA



ID
indicador

117

PERIODICIDADE DE RECOLHA

anual

CONTEXTO ESPACIAL

Freguesia

FONTE DE INFORMAÇÃO

Inst. da Mob. e dos Transportes Terrestres

UNIDADE DE MEDIDA

número (n.º)

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Este indicador permite identificar o número de paragens realizadas diárias (dias úteis) pelas carreiras de transporte público coletivo nas freguesias do concelho.

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Consulta à base de dados da Autoridade Rodoviária Nacional – SIGGESC.

ANÁLISE DAS FREGUESIAS

As 55 carreiras que servem o concelho de Porto de Mós, efetuam 2321 paragens diárias (dias úteis), dispersas por todo o seu território.

A freguesia que possui maior número de paragens das carreiras de transporte público coletivo é a freguesia do Juncal com 418 paragens diárias (dias úteis). Seguidamente surge a freguesia de Porto de Mós com 406 paragens e em terceiro a freguesia de Alqueidão da Serra com 251 paragens de carreiras no seu território.

Relativamente aos aglomerados servidos por transporte público coletivo com maior número de paragens de carreiras, destacam-se os de: Porto de Mós, Corredoura, Juncal, Andam, Casais Garridos e São Jorge.

As freguesias de São Bento, Serro Ventoso, União de Freguesias de Alvados e Alcária e União de Freguesias de Arrimal e Mendiga são as que têm menor número de paragens, apresentando 138, 156, 170 e 153 paragens de carreiras respetivamente.

Freguesias	Número de paragens na freguesia
Alqueidão da Serra	251
Calvaria de Cima	209
Juncal	418
Mira de Aire	213
Pedreiras	207
Porto de Mós	406
São Bento	138
Serro Ventoso	156
UF de Alvados e Alcária	170
UF de Arrimal e Mendiga	153

TIPO DE COMBUSTÍVEL UTILIZADO NOS VEÍCULOS CIRCULANTES

RELEVÂNCIA



ID
indicador

I18

PERIODICIDADE DE RECOLHA

anual

CONTEXTO ESPACIAL

Concelho

FONTE DE INFORMAÇÃO

Inst. da Mob. e dos Transportes Terrestres

UNIDADE DE MEDIDA

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Este indicador permite identificar o tipo de combustível utilizado nos veículos circulantes, permitindo assim avaliar o potencial impacto deste serviço na sustentabilidade ambiental do território de Porto de Mós.

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Consulta à base de dados da Autoridade Rodoviária Nacional – SIGGESC.

ANÁLISE DO CONCELHO

Os 171 veículos circulantes que asseguram as carreiras de transporte público coletivo, que servem o concelho de Porto de Mós, utilizam, na sua totalidade, gasóleo como combustível.

LIGAÇÕES EXTERNAS REALIZADAS PELAS CARREIRAS

RELEVÂNCIA



ID
indicador

119

PERIODICIDADE DE RECOLHA

anual

CONTEXTO ESPACIAL

Freguesia

FONTE DE INFORMAÇÃO

Inst. da Mob. e dos Transportes Terrestres

UNIDADE DE MEDIDA

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Este indicador permite identificar as ligações externas ao município de Porto de Mós que são realizadas pelas carreiras de transporte público coletivo. Foram consideradas as ligações externas estabelecidas pela origem ou destino das carreiras analisadas.

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Consulta à base de dados da Autoridade Rodoviária Nacional – SIGGESC.

ANÁLISE DAS FREGUESIAS

Analisando a origem e o destino das carreiras de transporte público coletivo, do operador Rodoviária do Tejo, que servem o concelho de Porto de Mós, das 55 carreiras, 37 possuem origem ou destino exterior ao território municipal, numa área de influência que atinge um raio de 50 a 90km de distância.

Os concelhos de origem ou destino considerados como ligações externas são: Abrantes (Ab), Alcanena (Al), Alcobaça (A), Batalha (B), Golegã (G), Leiria (L), Nazaré (N), Ourém (O), Santarém (S) e Torres Novas (TN).

A freguesia de São Bento é a única que não possui qualquer carreira com percurso direto a uma das ligações exteriores referidas. As freguesias de Calvaria de Cima, Juncal, Pedreiras, Porto de Mós e Mira de Aire são as que possuem maior número de ligações externas, reforçando a posição do território norte do concelho em termos de maior mobilidade por via do transporte público rodoviário coletivo.

Leiria é a ligação externa com maior número de carreiras a executar o percurso e com maior número de freguesias que serve, dado que apenas a freguesia de São Bento não é servida por uma carreira de ligação a este polo.

Freguesias	Ab	Al	A	B	G	L	N	O	S	TN
Alqueidão da Serra						●		●		
Calvaria de Cima	●			●		●	●		●	●
Juncal	●		●	●		●	●		●	●
Mira de Aire		●			●	●		●		●
Pedreiras	●			●		●	●		●	●
Porto de Mós				●		●	●		●	●
Serro Ventoso						●	●		●	
UF de Alvados e Alcaria						●		●		●
UF de Arrimal e Mendiga						●	●		●	

NÚMERO DE EMPRESAS INSTALADAS EM ÁREAS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS PROGRAMADAS

RELEVÂNCIA



ID
indicador

120

PERIODICIDADE DE RECOLHA

Anual

CONTEXTO ESPACIAL

Áreas de Ativid. Económicas Programadas

FONTE DE INFORMAÇÃO

CMPM

UNIDADE DE MEDIDA

número (n.º)

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Pretende-se identificar o número de empresas instaladas nas Áreas de Atividades Económicas definidas na 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós.

MÉTODO DE RECOLHA/VARIÁVEIS/ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Consulta à base de dados dos Serviços Municipais.

ANÁLISE ÁREA ATIVIDADE ECONÓMICA

O município de Porto de Mós é servido por três Áreas de Atividade Económica programadas:

- ✓ Zona Industrial de Mira de Aire – na qual estão instaladas 6 empresas;
- ✓ Área de Localização Empresarial de Porto de Mós - na qual estão instaladas 31 empresas;
- ✓ Loteamento Empresarial do Juncal - no qual estão instaladas 2 empresas.

A Área de Localização Empresarial de Porto de Mós é a mais significativa no concelho, representando 79,5% das empresas instaladas em áreas programadas.

NÚMERO DE LOTES OCUPADOS NAS ÁREAS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS PROGRAMADAS

RELEVÂNCIA



ID
indicador

121

PERIODICIDADE DE RECOLHA

Anual

CONTEXTO ESPACIAL

Áreas de Ativid. Económicas Programadas

FONTE DE INFORMAÇÃO

CMPM

UNIDADE DE MEDIDA

número (n.º)

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Pretende-se identificar o número de lotes ocupados nas Áreas de Atividades Económicas definidas na 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós, por forma a analisar a dinâmica empresarial do concelho e o grau de execução das áreas programadas.

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Consulta à base de dados dos Serviços Municipais.

ANÁLISE ÁREA ATIVIDADE ECONÓMICA

O concelho de Porto de Mós é servido por três Áreas de Atividade Económica, com as seguintes capacidades relativamente ao número de lotes:

Área Atividade Económica	n.º Lotes Ocupados	n.º Lotes Total	% Lotes Ocupados
Zona Industrial de Mira de Aire	12	34	35,3
Área de Localização Empresarial de Porto de Mós	46	123	37,4
Loteamento Empresarial do Juncal	13	15	86,7
TOTAL	71	172	41,3%

Verifica-se que as duas principais áreas empresais do concelho se encontram a menos de metade da sua lotação total, o que se traduz na capacidade de acolher, ainda, a implantação de novas empresas que se pretendam instalar no município.

Por outro lado, o Loteamento Empresaria do Juncal está a atingir o seu limite, faltando apenas edificar 2 lotes para que esta área esteja plenamente ocupada.

NÚMERO DE EXPLORAÇÕES EXTRATIVAS

RELEVÂNCIA



ID
indicador

122

PERIODICIDADE DE RECOLHA

Anual

CONTEXTO ESPACIAL

Freguesia

FONTE DE INFORMAÇÃO

CMPM

UNIDADE DE MEDIDA

número (n.º)

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Este indicador permite aferir a quantidade de explorações extrativas existentes por freguesia.

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Consulta à base de dados dos Serviços Municipais.

ANÁLISE DAS FREGUESIAS

Estão instaladas no concelho de Porto de Mós 231 unidades de exploração extrativa.

A zona Sul do território concelhio é aquela que possui maior número de explorações, sendo que a União de Freguesias de Arrimal e Mendiga isoladamente representa cerca de 50% da totalidade de unidades.

A grande parte das explorações existentes no concelho de Porto de Mós está circunscrita a três, das suas dez freguesias, nomeadamente a freguesia já referida, UF de Arrimal e Mendiga – 48%, Alqueidão da Serra – 19% e São Bento – 18%.

Destaca-se que as freguesias de Mira de Aire, Pedreiras e União de Freguesia de Alvados e Alcaria não possuem explorações extrativas.

Freguesias	Número de Explorações
Alqueidão da Serra	43
Calvaria de Cima	3
Juncal	10
Porto de Mós	1
São Bento	41
Serro Ventoso	23
UF de Arrimal e Mendiga	110

ÁREA OCUPADA PELAS EXPLORAÇÕES EXTRATIVAS

RELEVÂNCIA



ID
indicador

123

PERIODICIDADE DE RECOLHA

Anual

CONTEXTO ESPACIAL

Freguesia

FONTE DE INFORMAÇÃO

CMPM e DGEG

UNIDADE DE MEDIDA

hectares (ha)

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Este indicador permite avaliar a área ocupada pelas explorações extrativas existentes por freguesia, permitindo aferir o seu potencial impacto na paisagem e na economia.

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Consulta à base de dados dos Serviços Municipais e da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)

ANÁLISE DAS FREGUESIAS

As 231 unidades de exploração extrativa existentes no concelho de Porto de Mós ocupam uma área total de 356,91ha.

A zona Centro-Sul do território é aquela onde a expressão desta atividade económica se faz notar de forma mais significativa, sendo que a União de Freguesias de Arrimal e Mendiga (124,13 ha - 35%) em conjunto com a freguesia de Serro Ventoso (64,76 ha - 18%) representam mais de metade da área total de exploração existente.

A freguesia do Juncal também tem uma presença importante em termos de área ocupada pelas explorações extrativas, correspondendo a 22% da totalidade da área de exploração do concelho de Porto de Mós.

Freguesias	Área Exploração (ha)	Área Exploração (%)
Alqueidão da Serra	21,97	6
Calvaria de Cima	15,32	4
Juncal	77,86	22
Porto de Mós	23,55	7
São Bento	29,32	8
Serro Ventoso	64,76	18
UF de Arrimal e Mendiga	124,13	35

ÁREA DAS EXPLORAÇÕES EXTRATIVAS, POR ESTADO

RELEVÂNCIA



ID
indicador

124

PERIODICIDADE DE RECOLHA

Anual

CONTEXTO ESPACIAL

Freguesia

FONTE DE INFORMAÇÃO

CMPM

UNIDADE DE MEDIDA

hectares (ha)

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Este indicador permite avaliar o estado das explorações extrativas existentes por freguesia, avaliando a área das explorações que se encontra ativa, abandonada ou recuperada.

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Consulta à base de dados dos Serviços Municipais.

ANÁLISE DAS FREGUESIAS

Grande parte da área das unidades de exploração extrativa encontra-se ativa (231,6ha - 65%). As freguesias de Serro Ventoso e de União de Freguesias de Arrimal e Mendiga possuem 74% (171,9 ha) das áreas de exploração extrativa ativas.

Por outro lado, 29% das áreas de exploração extrativa encontram-se abandonadas (102,5 ha). Para esta área concorrem cinco freguesias: Alqueidão da Serra, Calvaria de Cima, Juncal, São Bento e União de Freguesias de Arrimal e Mendiga, sendo que as três primeiras representam praticamente a totalidade de áreas abandonadas (96% - 97,8 ha).

Por fim, a área de explorações recuperadas corresponde a 6% (22,7 ha) da área total, sendo a União de Freguesias de Arrimal e Mendiga e a freguesia de São Bento o território mais expressivo nesta categoria, correspondendo em conjunto a 77% (17,6 ha) do total de explorações recuperadas.

TIPOLOGIA DE EXPLORAÇÕES EXTRATIVAS

RELEVÂNCIA



ID
indicador

125

PERIODICIDADE DE RECOLHA

Anual

CONTEXTO ESPACIAL

Freguesia

FONTE DE INFORMAÇÃO

CMPM e DGEG

UNIDADE DE MEDIDA

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Este indicador permite avaliar a tipologia das explorações extrativas, auxiliando a avaliação do potencial impacto destas atividades na paisagem e na sustentabilidade ambiental do território de porto de Mós.

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Consulta à base de dados dos Serviços Municipais e da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG).

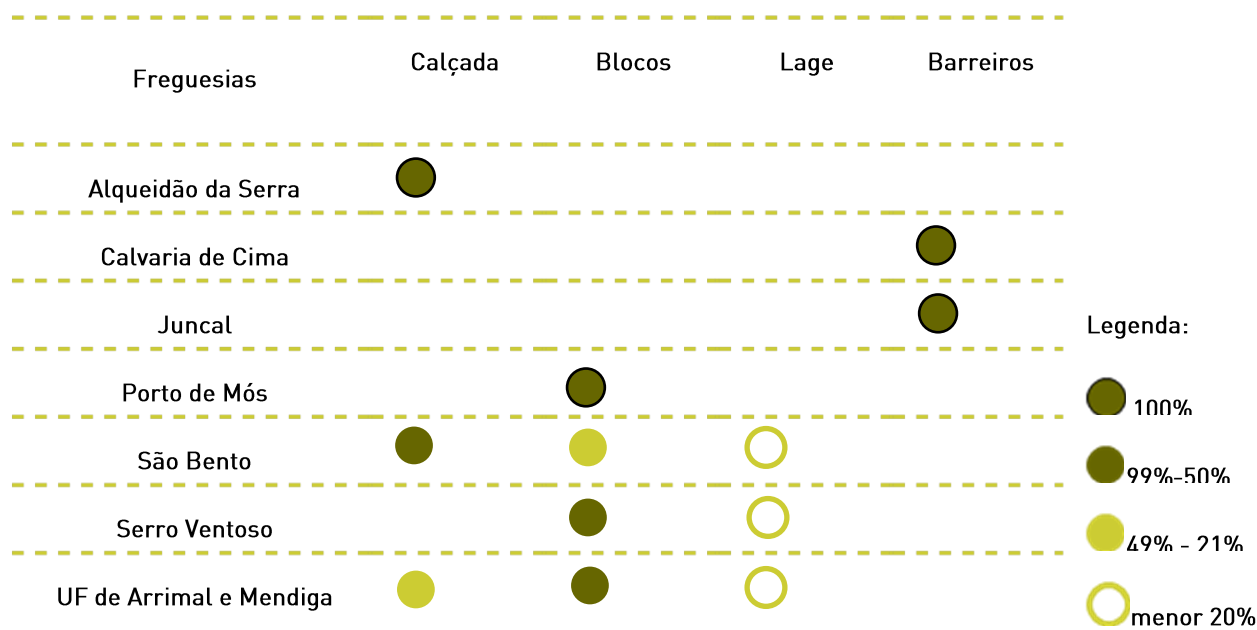
ANÁLISE DAS FREGUESIAS

As explorações extrativas presentes no território de Porto de Mós distribuem-se por quatro tipologias de corte do material: Calçada (24%), Blocos (46%), Lage (4%) e Barreiros (26%). A tipologia de exploração mais representativa é a exploração de Blocos, com presença em praticamente metade das explorações.

No que respeita à distribuição por freguesias, a tipologia de Blocos tem uma forte presença em Porto de Mós (100% das explorações), Serro Ventoso (96%) e União de Freguesias de Arrimal e Mendiga (61%). A tipologia Calçada é mais representativa nas freguesias de Alqueidão da Serra (100%) e de São Bento (51,75%). A tipologia de Barreiros representa a totalidade das explorações das freguesias de Calvaria de Cima e do Juncal, estando presente apenas nestas freguesias.

A tipologia de Lage é a menos significativa na globalidade do concelho, não se destacando em nenhuma das freguesias.

As freguesias de São Bento, Serro Ventoso e União de Freguesias de Arrimal e Mendiga apresentam diversidade de tipologias, à exceção de Barreiros, todas elas com representatividade semelhante.



NÚMERO DE UNIDADES DE ALOJAMENTO LICENCIADAS

RELEVÂNCIA



ID
indicador

126

PERIODICIDADE DE RECOLHA

Anual

CONTEXTO ESPACIAL

Freguesia

FONTE DE INFORMAÇÃO

Registo Nacional de Turismo (RNT)

UNIDADE DE MEDIDA

número (n.º)

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

O número unidades de alojamento turístico licenciadas é um indicador direto da carga da atividade turística no concelho. A localização das unidades de alojamento permite, ainda, identificar áreas com maior dinamismo desta atividade económica

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Consulta à base de dados do Registo Nacional de Turismo.

ANÁLISE DAS FREGUESIAS

O concelho de Porto de Mós tem 62 unidades de alojamento turístico licenciadas instaladas no seu território. Cerca de metade destas unidades encontram-se na União de Freguesias de Alvados e Alcaria (29%) e na freguesia de Porto de Mós (23%), totalizando, ambas, 32 Unidades de alojamento.

A freguesia de Calvaria de Cima não possui nenhuma unidade de alojamento turístico licenciada.

Das restantes freguesias, destacam-se Mira de Aire e União de Freguesias de Arrimal e Mendiga com 7 unidades de alojamento cada.

Freguesias	Número de Alojamentos
Alqueidão da Serra	5
Juncal	3
Mira de Aire	7
Pedreiras	2
Porto de Mós	14
São Bento	2
Serro Ventoso	4
UF de Alvados e Alcaria	18
UF de Arrimal e Mendiga	7

NÚMERO DE CAMAS LICENCIADAS

RELEVÂNCIA



ID indicador

127

PERIODICIDADE DE RECOLHA

Anual

CONTEXTO ESPACIAL

Freguesia

FONTE DE INFORMAÇÃO

Registo Nacional de Turismo (RNT)

UNIDADE DE MEDIDA

número (n.º)

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Este indicador permite medir o número camas licenciadas por freguesia, sendo um indicador direto da carga da atividade turística no concelho.

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Consulta à base de dados do Registo Nacional de Turismo.

ANÁLISE DAS FREGUESIAS

O concelho de Porto de Mós tem 379 camas dispersas pelas suas 62 unidades de alojamento turístico licenciadas. Dois terços desta capacidade de alojamento turístico encontram-se localizados em duas das freguesias do concelho, União de Freguesias de Alvados e Alcaria (37%) e Porto de Mós (29%), totalizando, ambas, 252 camas licenciadas.

Das restantes freguesias, destacam-se Mira de Aire e União de Freguesias de Arrimal e Mendiga com 38 camas cada.

Freguesias	Número de Camas
Alqueidão da Serra	13
Juncal	7
Mira de Aire	38
Pedreiras	10
Porto de Mós	111
São Bento	8
Serro Ventoso	13
UF de Alvados e Alcaria	141
UF de Arrimal e Mendiga	38

TIPOLOGIA DE ALOJAMENTOS TURÍSTICOS LICENCIADOS

RELEVÂNCIA



ID
indicador

128

PERIODICIDADE DE RECOLHA

Anual

CONTEXTO ESPACIAL

Freguesia

FONTE DE INFORMAÇÃO

Registo Nacional de Turismo (RNT)

UNIDADE DE MEDIDA

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Este indicador permite analisar a tipologia de alojamentos turísticos licenciados existentes no concelho de Porto de Mós, possibilitando a avaliação da diversidade deste tipo de serviço.

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Consulta à base de dados do Registo Nacional de Turismo, à exceção da Pousada da Juventude de Alvados, cuja fonte de informação foi a Movijovem.

ANÁLISE DAS FREGUESIAS

As 62 unidades de alojamento turístico licenciadas dividem-se em cinco tipologias de alojamento: (i) alojamento local (AL), (ii) parque de campismo e/ou caravanismo (PC), (iii) empreendimento de turismo de habitação (TH); (iv) empreendimento de turismo em espaço rural (TER) e (v) Pousada de juventude (PJ).

A grande maioria de alojamentos turísticos do concelho de Porto de Mós são da tipologia Alojamento Local, representando cerca de 84% da totalidade, com 52 unidades turísticas. Os Alojamentos Locais, ao todo, possuem 272 camas, estando localizados em todas as freguesias que apresentam esta atividade económica.

A Pousada de Juventude está instalada na União de Freguesias de Alvados e Alcaria, possuindo 52 camas. Destacam-se, ainda, os sete empreendimentos Turísticos em Espaço Rural existentes no concelho, que se localizam na União de Freguesias de Alvados e Alcaria e na União de Freguesias de Arrimal e Mendiga, representando 39 camas. A única unidade de Turismo Habitação localiza-se na freguesia de São Bento e possui quatro camas. Quanto a Parque de Campismo e/ou Caravanismo no concelho, existe apenas um, situado na freguesia de Mira de Aire e tem uma capacidade de 12 camas.

Freguesias	AL	PC	TH	TER	PJ
Alqueidão da Serra	●				
Juncal	●				
Mira de Aire	●	●			
Pedreiras	●				
Porto de Mós	●				
São Bento	●		●		
Serro Ventoso	●				
UF de Alvados e Alcaria	●			●	●
UF de Arrimal e Mendiga	●			●	

NÚMERO DE VISITANTES DOS ESPAÇOS TURÍSTICOS

RELEVÂNCIA



ID
indicador

129

PERIODICIDADE DE RECOLHA

Anual

CONTEXTO ESPACIAL

Concelho

FONTE DE INFORMAÇÃO

Entidades gestoras dos Espaços Turístico

UNIDADE DE MEDIDA

número (n.º)

DESCRIÇÃO DO INDICADOR

Interessa analisar o número de visitantes em cada um dos espaços turísticos mais relevantes do concelho de Porto de Mós e relaciona-lo com a sua localização no concelho. Utilizou-se um intervalo temporal de cinco anos (2015 a 2019).

MÉTODO DE RECOLHA/ VARIÁVEIS /ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Consulta às bases de dados das entidades gestoras dos Espaços Turísticos.

ANÁLISE DO CONCELHO

Foram identificados quatro espaços turísticos, com possibilidade de medir o número de visitantes, de influência nacional e internacional localizados no território municipal de Porto de Mós: (i) Castelo, (ii) Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, (iii) Grutas de Alvados e de Santo António e (iv) Grutas de Mira de Aire.

Em termos de localização espacial verifica-se que a totalidade de espaços turísticos se encontra na zona Norte do município, nas freguesias de Porto de Mós, Calvaria de Cima, Mira de Aire e União de Freguesias de Alvados e Alcária.

Ao analisar a tendência evolutiva do total de número de visitantes na amostra temporal estudada, verifica-se uma evolução ascendente, tendo ocorrido um aumento de cerca de 40% do número de visitantes de 2015 a 2019, correspondendo a 156.006 e 217.250 visitantes respetivamente.

Observa-se uma diminuição global do número de visitantes no ano de 2018, em 8.632 visitantes relativamente ao ano anterior. Esta diminuição deve-se a uma diminuição substancial de visitantes no Castelo e a uma diminuição mais reduzida nas grutas de Mira de Aire.

O Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota apresentou um decréscimo de 10% do seu número de visitantes no ano de 2017. Embora tenha recuperado ligeiramente no ano de 2018, só em 2019 é que vir retomado o volume de visitantes anuais a valores superiores ao ano inicial da amostra.

As Grutas de Mira de Aire apresentam, no ano de 2019, 64% da totalidade dos visitantes dos quatro espaços turísticos identificados. O segundo espaço do concelho que possui maior número de visitantes no ano referido é o Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota que representa 17% da totalidade dos visitantes.

Os restantes dois espaços turísticos identificados, Castelo e Grutas de Alvados e de Santo António, detêm um valor semelhante de visitantes no ano de 2019, correspondendo estes dois espaços a quase 20% do total de visitantes.